

Soc. 22

 UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**O PROCESSO DE EMPOBRECIMENTO NO
BAIRRO DE CHAMANCULO "B"**

Dissertação apresentada à Universidade Eduardo Mondlane, em cumprimento parcial dos
requisitos necessários à obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia

**SUPERVISOR:
PROF. DR. ELÍSIO MACAMO**

**AUTOR:
CÉLIO MANUEL NDHIMANDHI**

MAPUTO, DEZEMBRO DE 2005

O Processo de Empobrecimento no Bairro de Chamanculo “B”

Dissertação apresentada à Universidade Eduardo Mondlane em cumprimento parcial dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia

**Departamento de Sociologia
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane**

Supervisor: Prof. Doutor Elísio Macamo

Autor: Célio Manuel Ndhimandhi

Maputo, Dezembro de 2005

O Júri:			
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
_____	_____	_____	____/____/____

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência para a obtenção de qualquer grau e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes por mim utilizadas.

Luís Manuel Pelhacavulhi.....

Maputo, Dezembro de 2005

DEDICATÓRIA

À memória do meu pai, **Bernardo Manuel Ndhimandhi**, cujos ensinamentos por ele fornecidos foram extremamente importantes para que eu lograsse este feito.

À minha mãe, **Cecília Jaime Tembe**, a maior responsável por este feito por via do seu apoio a todos níveis bem como da sua inesgotável paciência.

Aos meus irmãos **Oswaldo Jaime Ndhimandhi** e **Cláudio Luís Ndhimandhi** pela paciência e companheirismo. Dedico também este feito à todos os meus avôs, tios, primos, sobrinhos e demais parentes.

AGRADECIMENTOS

A minha profunda gratidão vai, em primeiríssimo lugar, para o **Prof. Doutor Elísio Macamo**. É-me extremamente difícil descrever os méritos da sua preciosa ajuda para que o presente trabalho se tornasse realidade. Contudo, tenho a dizer que sem a sua intervenção este trabalho não teria sido possível dentro do tempo previsto.

Em segundo lugar, agradeço aos meus amigos e colegas, nomeadamente Bruno, Elton, Victor, José, Hélder, Stélio, Francisco, Domingos, Arminda, Filipe, Lina, Ana e tantos outros que não me vêm à memória, neste momento. Duma ou doutra forma influenciaram na consumação do presente trabalho.

Em terceiro lugar, agradeço à toda comunidade da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, incluindo docentes, estudantes e funcionários, companheiros indispensáveis nesta odisséia que caracteriza a vida universitária, desde o primeiro ao último dia.

Por último, à todos que não foram nominalmente mencionados mas que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHM	Arquivo Histórico de Moçambique
APIE	Administração do Parque Imobiliário do Estado
ARPAC	Arquivo do Património Cultural
CEA	Centro de Estudos Africanos
CMCM	Concelho Municipal da Cidade de Maputo
FADM	Forças Armadas de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GDM	Governo de Moçambique
HIV/SIDA	Vírus de Imuno-deficiência Humana/Síndrome de Imuno-Deficiência Adquirida
IPM	Igreja Presbiteriana de Moçambique
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
MPF	Ministério do Plano e Finanças
NSA	Novo Sistema de Abastecimento
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRE(S)	Programa de Reajustamento Estrutural (e Social)
RAP	Relatório Anual da Pobreza
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
UAP	Unidade de Alívio à Pobreza
UFA	União Fabril

RESUMO

A presente dissertação com o título "O Processo de Empobrecimento no Bairro de Chamanculo B" insere-se no contexto da reflexão sobre a pobreza suburbana. Ela baseia-se na descrição, análise e compreensão da maneira como uma certa camada populacional passou, nos últimos anos ou décadas, por um processo de empobrecimento em virtude da degradação das condições de vida do meio em que essa camada vive. Noutros termos, trata-se de uma proposta de formulação de uma hipótese através da constatação da qualidade de vida – ou condições materiais – dessa mesma camada populacional ao longo dos anos, coincidentemente a partir dos derradeiros anos do período colonial até esta parte, no contexto da vida suburbana.

Em primeiro lugar, e seguindo a metodologia científica, colocámo-nos uma questão que era a de saber se era possível perceber a pobreza como um processo gradual de deterioração das condições de vida. E como resposta provisória, assumimos que a pobreza pode resultar da degradação das condições de vida do meio em que as pessoas vivem. Para o efeito, realizámos, por um lado, uma pesquisa bibliográfica e um trabalho de arquivo. Na pesquisa bibliográfica fizemos o levantamento e discussão das diversas definições e abordagens de pobreza, quer na literatura sociológica quer em documentos oficiais e não oficiais. No trabalho de arquivo revisitamos a informação existente relacionada com a cidade de Maputo – ou Lourenço Marques. No processo, priorizámos os bairros suburbanos para se saber quão bem equipados estavam. Por outro, realizámos um trabalho de campo no qual foram aplicadas as seguintes técnicas de recolha de informação: a entrevista semi-estruturada, o passeio transversal e a observação directa.

Em segundo, foi feita a análise e interpretação dos dados recolhidos durante a investigação empírica. Esses dados foram, por sua vez, confrontados com os da pesquisa bibliográfica bem como com os do trabalho de arquivo. A partir da análise e interpretação da informação recolhida apercebemo-nos que a nossa hipótese de trabalho foi passível de confirmação. Significa que a essa informação reforçou a nossa

suspeita patente na hipótese. Portanto, os dados fornecidos indicavam tendencialmente para o surgimento de um novo tipo de pobreza no bairro em causa, nomeadamente o empobrecimento de gente que outrora, e por vezes tradicionalmente, não era tida como pobre; de gente que reside nesse bairro há mais tempo; de gente que era, até certo ponto, afluente.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO.....	I
DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	IV
RESUMO.....	V-VI
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Apresentação do Tema.....	1
1.2. Questão de Partida.....	6
1.3. Hipótese.....	6
1.4. Objectivos.....	7
1.4.1. <i>Geral</i>	7
1.4.2. <i>Específico</i>	7
1.5. Relevância.....	7
1.6. Metodologia.....	13
1.7. Contextualização.....	15
2. BREVE RESENHA DA HISTÓRIA RECENTE DO BAIRRO.....	20
3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	26
3.1. Conceptualização.....	26
3.2. Referencial Teórico.....	28
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	35
4.1. Análise e interpretação da informação.....	35
5. CONCLUSÕES.....	48

BIBLIOGRAFIA.....52

ANEXOS.....55

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação do Tema

Tendo em vista a realização de um trabalho de fim de curso para a obtenção do grau de licenciatura em sociologia, propomo-nos tratar de um tema que constitui um dos mais proeminentes – senão o mais – temas de debate nos diversos sectores da sociedade moçambicana, nos dias correntes. E esse tema, de forma genérica, é a pobreza. No parágrafo a seguir ilustraremos esta observação. Antes disso, porém, gostaríamos de anunciar a estrutura do presente capítulo. Em primeiro lugar, procederemos à apresentação e, ao mesmo tempo, à delimitação do tema. Isto é, apresentaremos, por um lado, a questão da pobreza de uma maneira geral demonstrando a maneira como tem sido tematizada, dentro e fora de Moçambique. Por outro, delimitá-la-emos, primeiro, para a dimensão de pobreza suburbana. Mais especificamente concebê-la-emos como “O Processo de Empobrecimento no Bairro de Chamanculo B”. Adiante, apresentaremos a questão de partida, a hipótese, a metodologia, a relevância e a contextualização do tema.

Na sociedade moçambicana, a palavra “pobreza” – a par da problemática do HIV/SIDA, por exemplo – tem, por sinal, sido muito pronunciada em diversos foros de debate e escrita em diversos documentos oficiais e não oficiais, pelo menos a partir de finais da década de 80 do século passado até esta parte. Uma das prioridades do programa quinquenal do actual governo do partido Frelimo – bem como dos anteriores – é, por assim dizer, o combate à pobreza absoluta e isso pode ser constatado a partir dos discursos levados a cabo pelos respectivos membros do governo. O discurso proferido pelo novo chefe de Estado moçambicano aquando da sua investidura constitui um exemplo elucidativo. Segundo Oppenheimer e Raposo, duas pessoas interessadas no estudo da pobreza em Moçambique, a pobreza tornou-se objecto particular de ocupação a partir de 1989, no segundo ano do PRE, no contexto da iniciativa dos doadores que levaria posteriormente à transformação do PRE em PRES, entre 1990/91¹. Essa proeminência

¹ OPPENHEIMER, J., RAPOSO, I. (2002) *A Pobreza em Maputo*, Coleção Cooperação, Vol. 2, Ed. Ministério do Trabalho e Solidariedade, Lisboa, p. 24.

radica nas manifestações e implicações que ela acarreta na vida em sociedade. Segundo o documento oficial "Estratégia para a Redução da Pobreza em Moçambique", de 1995, publicado pelo MPF, a pobreza está associada ao facto de o País possuir o rendimento *per capita* mais baixo do mundo e que 2/3 da sua população é pobre; indicadores de esperança de vida, da taxa de mortalidade infantil e materna e da taxa de analfabetismo são dos piores da África subsahariana e dos países menos desenvolvidos. Ainda segundo este documento, a maioria das famílias pobres em Moçambique – cerca de 90% do total – foram deslocadas das zonas rurais pela guerra; cerca de 60 a 70% dos agregados familiares rurais estão abaixo da linha de pobreza e cerca de 1/3 da população urbana e 40% da população de Maputo vive abaixo da linha de pobreza².

Entretanto, a questão da pobreza é extremamente multidimensional e complexa. A multidimensionalidade consiste no facto de a pobreza, como conceito teórico, ser analisada sob vários enfoques ou perspectivas como sejam os de natureza económica, social, cultural, política e ambiental³. A complexidade, por sua vez, consiste no facto de que as recentes abordagens de pobreza não se cingem à escassez de recursos materiais. Elas alargam o seu objecto e campo ao incorporarem aspectos como a não participação no padrão de vida dominante devido a factores como a escolaridade, a idade, o domínio das novas tecnologias e a integração no vasto mundo da cibernética⁴. Segundo um programa português intitulado "Programa Estratégias e Técnicas Contra a Exclusão Social e a Pobreza", de 2003, publicado pelo *Bureau* Internacional do Trabalho, pode-se considerar cinco grandes perspectivas, agrupadas, por seu turno, em duas lógicas, nomeadamente a lógica da privação fisiológica, por um lado, que compreende as abordagens centradas no rendimento e no consumo e nas necessidades humanas básicas. Por outro lado, existe a lógica da privação social que compreende as abordagens centradas no conceito de pobreza

² Estratégia para a Redução da Pobreza em Moçambique: UAP, MPF, GDM, Março de 1995, p. 5.

³ *A Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*. Genebra, *Bureau* Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas Contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003, p. 17.

⁴ *Ibidem*, p. 18.

humana, nas consequências ao nível da exclusão social e na abordagem participativa⁵. De acordo ainda com esse programa, a abordagem centrada no rendimento e no consumo é a mais tradicional e desenvolvida pela chamada "economia do bem-estar" em que define uma linha de pobreza, em termos absolutos ou relativos, segundo um determinado nível de rendimento e/ou consumo, sendo pobres os que se encontram abaixo dessa linha. A abordagem centrada nas necessidades humanas básicas, desenvolvida nos anos de 1970 e que permitiu alargar a abordagem anterior, considera um certo nível de necessidades humanas básicas relativas à alimentação, vestuário, abrigo, água potável, saneamento básico e educação como mínimo necessário para se prevenir doenças, malnutrição e ignorância. A abordagem centrada no conceito de pobreza humana, desenvolvida pelo PNUD, define pobreza como "incapacidade de desenvolver uma vida longa, saudável e criativa e de usufruir de um nível decente de vida, com liberdade, dignidade, respeito por si próprio e respeito dos outros". A abordagem centrada nas consequências ao nível da exclusão social defende que a pobreza deve ser vista essencialmente como a não disponibilidade de recursos necessários para fazer face às condições de vida e de conforto genericamente difundidas e participar nas actividades sociais e culturais da sociedade a que se pertence. A abordagem participativa defende que a questão não é o conteúdo do conceito mas quem o define, propondo-se, para esse efeito, a participação activa dos próprios pobres⁶. Portanto, quanto à nós, essas abordagens conferem ao conceito de pobreza o seu carácter multidimensional e complexo. Isso confere-nos também a possibilidade de olhar para a particularidade de certas manifestações e implicações da pobreza em vários contextos sociais como, por exemplo, no contexto suburbano.

Na verdade interessa-nos mesmo esquadrihar o problema da pobreza suburbana e o seu impacto geral na população. Dito em outras palavras, significa pautar por uma pesquisa minuciosa que leva em conta aspectos intrinsecamente ligados à realidade suburbana na nossa sociedade. Esses aspectos são, por exemplo, o problema do ordenamento urbano e do saneamento básico. Isto porque, por um lado, entendemos haver a necessidade de se alargar e aprofundar cada vez mais a compreensão desta problemática através de uma análise

⁵ *Ibidem*, p. 15.

⁶ *Ibidem*, pp. 16-17.

verdadeiramente contígua. Noutros termos, a contiguidade analítica consiste na proximidade ou, se quisermos, num envolvimento mais "íntimo" com o problema da pobreza suburbana, basicamente através da operacionalização dos conceitos centrais da pesquisa, nomeadamente o conceito de "deterioração das condições de vida" e "processo de empobrecimento" que veremos mais adiante. Por outro, quando assim o fazemos entendemos tratar-se de uma espécie de chamada de atenção a todos nós sobre uma realidade concreta – a pobreza suburbana – que tem sido, muitas vezes, pouco considerada em função de outras dimensões de pobreza. Mais especificamente ainda, pretendemos olhar para o problema da pobreza suburbana como um processo com suas próprias dinâmicas e ritmos e que afecta determinadas camadas populacionais no contexto da vida suburbana, na cidade de Maputo. Ou seja, acreditamos existir uma camada populacional que há algumas décadas – ou tradicionalmente – não era tida como pobre e que nos últimos anos ou mesmo décadas passou por um processo de empobrecimento. Essa camada populacional é, grosso modo, composta por gente que reside nos bairros suburbanos há mais tempo se comparada, por exemplo, com gente que posteriormente se fixou por razões ligadas às consequências da guerra da Renamo ou ao impacto das calamidades naturais nos primórdios da década de 1980 – a salientar a estiagem. Surge, no entanto, a necessidade de alocarmos o nosso objecto no tempo e no espaço. O espaço escolhido é o bairro de Chamanculo, que se encontra inserido dentro da cidade de Maputo imediatamente na periferia da cidade de "cimento".

Escolhemos o bairro de Chamanculo pelo facto de constituir um daqueles com uma existência relativamente longa se comparado com tantos outros bairros suburbanos ao longo da cidade de Maputo⁷. Por outro lado, tem a ver com o facto de ser um dos lugares onde, quanto à nós, o fenómeno da pobreza suburbana é deveras saliente. Ou seja, dia após

⁷ Literalmente, o termo Chamanculo provém do termo *Nhamba Nkulu*, originário da língua Ronga – língua falada no sul de Moçambique, concretamente da província de Maputo – que, segundo a crença popular, significava um local – uma pequena lagoa – onde os adultos estritamente banhavam. Hoje, esse local cedeu lugar a uma praça pública – a praça 16 de Junho que é circundada por valas de escoamento de águas – que se situa exactamente no início da avenida 24 de Julho, na cidade de Maputo. O bairro de Chamanculo possui uma existência relativamente longa porque, uma vez que se situa imediatamente na periferia da cidade de "cimento", foi um dos primeiros bairros suburbanos a serem criados, em princípios do século passado, e a beneficiarem da implantação de novas infraestruturas, sobretudo produtos e serviços da modernidade como hospitais, escolas, estradas asfaltadas, electricidade e água canalizada, no contexto da colonização portuguesa e da presença de algumas missões religiosas como, por exemplo, a Missão Suíça.

dia torna-se cada vez mais notória a precariedade que caracteriza as condições de vida como sejam o abrigo e alimentação, por exemplo. Quanto ao tempo, pode-se considerar os últimos anos – ou décadas – para o estudo do nosso objecto. Ao considerarmos estas balizas temporais, cremos apreender proficuamente as manifestações e implicações sociais deste fenómeno ao longo desses anos. Portanto, o trabalho tem como tema específico: O Processo de Empobrecimento no Bairro de Chamanculo "B". No mapa administrativo do bairro de Chamanculo, este é subdividido em "células" que são subdivisões que se encontram sob a égide dos Grupos Dinamizadores. São quatro células, nomeadamente as células A, B, C e D. A nossa opção recai sobre a célula "B" porquanto que, quanto à nós, trata-se de um lugar que reúne quase todas as condições – com realce para as condições existenciais da camada populacional que reside no bairro há mais tempo bem como as condições infraestruturais – para a apreensão do nosso objecto de estudo.

Aliás, há que distinguir entre pobreza e empobrecimento. Essa distinção permitirá tornar ainda claro o nosso objecto de estudo. De acordo com a definição de pobreza adoptada desde 1984 na União Europeia, ela deve, em sentido lato, entender-se como "a falta de um conjunto de recursos tal que as pessoas, famílias ou categorias abrangidas tendem a estar excluídas das formas mais simples dos modos de vida, hábitos e actividades considerados normais nos seus países"⁸. Essa definição apresenta algumas lacunas ou imprecisões pois quando definida nesses moldes acaba por se confundir com o conceito de exclusão social que, segundo a Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura, de 1999, designa:

Todo o processo socio-económico e cultural que não permite o acesso de indivíduos e de populações específicas ao conjunto de direitos e deveres relativos ao exercício de cidadania socialmente definidos em normas e documentos nacionais e internacionais, onde se excluem os direitos cívicos, o direito ao trabalho, à educação, à saúde e à protecção social, entre outros⁹.

Portanto, assim como as definições foram acima expostas, elas acabam por se confundir mutuamente porque ambas colocam em destaque a existência de indivíduos ou grupos que

⁸ FERREIRA et al (1995) *Sociologia*. Editora MacGraw-Hill, Portugal, p. 328.

⁹ Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura (1999), Editorial Verbo Lisboa/São Paulo, Edição Século XXI, p. 513.

se encontram excluídos dos processos ou formas normais da vida em sociedade. Dessa forma torna-se difícil perceber precisamente o que é pobreza e o que é exclusão social. Torna-se mais difícil ainda perceber a pobreza num contexto específico como, por exemplo, no contexto suburbano.

Há, no entanto, um outro conceito, a saber empobrecimento. Desta feita, podemos afirmar que se assiste ao empobrecimento quando ocorre uma lenta e gradual deterioração das condições de vida consideradas básicas para a manutenção de um padrão de vida considerado "normal" na sociedade. Esta definição traz consigo vantagens exactamente porque remete a questão da pobreza numa perspectiva ou lógica processual que permite apreendê-la não como algo que se efectivou mas que vem se efectivando ao longo dos anos. Isto é, permite-nos olhar para a dinâmica da progressiva deterioração das condições de vida das pessoas no contexto da vida suburbana. Assim, estamos em presença dum conceito que melhor se adequa ao estudo de uma das facetas da pobreza suburbana no bairro de Chamanculo, isto é, o processo de empobrecimento.

1.2. Questão de Partida

É possível perceber a pobreza no bairro de Chamanculo como um processo gradual de deterioração das condições de vida?

1.3. Hipótese

Uma hipótese é, no entender de Quivy & Campenhoudt, "uma proposição entre dois termos que, segundo os casos, podem ser conceitos ou fenómenos"¹⁰. É, noutros termos, aquilo que o sociólogo Elísio Macamo entende como o estabelecimento de "explicações tentativas do problema que temos em mãos"¹¹. Portanto, seguindo esse pressuposto, teremos como

¹⁰ QUIVY, R., CAMPENHOUDT, L. V. (1995) Manual de Investigação em Ciências Sociais, Gradiva, Lisboa, p. 150.

¹¹ MACAMO, Elísio (2004) A Leitura Sociológica: Um Manual Introdutório, Imprensa Universitária, UEM, Maputo, p. 18.

hipótese de trabalho que a pobreza no bairro de Chamanculo pode resultar da deterioração das condições de vida do meio em que as pessoas vivem.

1.4. Objectivos

1.4.1. Geral

Descrever a forma como ao longo dos anos as condições de vida no Bairro de Chamanculo se deterioraram com consequências negativas mesmo em camadas populacionais outrora – ou tradicionalmente – afluentes. Ou seja, compreender a maneira como essas camadas populacionais, que antes não eram tidas como pobres, empobreceram em virtude da deterioração das condições de vida do meio em que vivem.

1.4.2. Específico

Descrever e analisar o processo de empobrecimento com base nas condições de vida tidas como básicas para a manutenção de um padrão de vida considerado "normal" na sociedade. Essas condições de vida são, desta feita, aspectos ligados à infraestrutura. Essa análise centra-se na maneira como se dá o processo de deterioração gradual das condições básicas de vida da camada populacional que se encontra a residir no bairro de Chamanculo há mais tempo – ou que outrora não era tida como pobre.

1.5. Relevância

Nesta secção procuraremos demonstrar a relevância temática do nosso problema. Por um lado, demonstraremos a necessidade de se compreender o processo de empobrecimento como uma abordagem que sirva de contribuição no concernente ao alargamento do objecto e campo da pobreza. Por outro, demonstraremos a necessidade que a nossa sociedade tem de realizar verdadeiros "diagnósticos" no estudo da pobreza antes da proposição de soluções para a sua eliminação. Nesse sentido, o estudo do processo de empobrecimento assume-se como um contributo para essa necessidade.

A questão do empobrecimento – e não somente da pobreza como tal – de certos grupos ou camadas populacionais constitui um fenómeno social que carece de uma profunda análise enquanto que processo. Noutras palavras, urge perceber detalhadamente as manifestações da pobreza suburbana sem que sejamos impelidos a recorrer unicamente às análises e estatísticas gerais que vêm contidas em relatórios e documentos oficiais e não oficiais. Dessa forma, acreditamos haver uma contribuição no concernente ao enriquecimento e alargamento do objecto e campo de análise da questão da pobreza na sua globalidade. Isso significa multiplicar os seus enfoques ou ângulos de análise ao propormos, a par do conceito de pobreza absoluta, de pobreza relativa, de pobreza humana, de pobreza feminina, de pobreza conjuntural, por exemplo, o conceito de empobrecimento como processo.

Mas pretende-se que essa análise seja, por conseguinte, entendida não como uma rejeição ou, se quisermos, como uma desconstrução da forma como a questão da pobreza tem vindo, genericamente, a ser tematizada, quer em sociologia quer noutras ciências sociais, quer ainda noutros sectores como, por exemplo, o político, mas – e mais uma vez – como proposta de uma abordagem que sirva de contribuição no tocante ao alargamento da questão em causa dada a sua complexidade e multidimensionalidade.

De certo modo, sempre que se falou de pobreza, intencionalmente ou não, fez-se menção ao conceito de exclusão. Talvez porque, embora distintos, ambos “visam traduzir um conjunto de desvantagens sociais que alguns indivíduos detêm face a uma dada norma, definida em termos de satisfação das necessidades básicas, ou relativamente a um padrão social dominante de bem-estar”¹². Todavia, o conceito de pobreza é o mais antigo e foi, durante muitos anos, associado à insuficiência de rendimentos e/ou de consumos – bem-estar material – tendo evoluído, nas últimas décadas, em função de um melhor conhecimento das suas manifestações nas sociedades contemporâneas¹³.

¹² Bureau Internacional do Trabalho, *loc. cit.*, p. 15.

¹³ *Ibidem*, p. 15.

Surgem, entretanto, novas abordagens de pobreza que não se cingem à escassez de recursos materiais. Elas alargam o seu objecto e campo de análise ao incorporarem aspectos como a não participação no padrão de vida dominante devido a factores como a escolaridade, a idade, o domínio das novas tecnologias e a integração no vasto mundo da cibernética¹⁴.

É daí que no início do século passado surgem várias definições de pobreza e que muitas se referem ao contexto europeu. Dentre elas há a salientar, primeiro, a definição de pobreza absoluta que, segundo Charles Booth, refere-se à “falta de requisitos básicos para deter uma existência fisicamente saudável – alimentação suficiente e abrigo de modo a tornar possível o funcionamento eficiente do corpo”¹⁵. Uma segunda definição de pobreza é a chamada pobreza relativa que, por sua vez, e outra vez segundo Booth, definir-se-á, pelo contrário, como “a falta de recursos considerados necessários para a manutenção de um padrão de vida considerado normal na sociedade”. Uma terceira definição de pobreza é a da nova pobreza que radica essencialmente nas dinâmicas do mercado de trabalho e nos processos de modernização¹⁶. Os atingidos pela nova pobreza são os desempregados de longa duração, os grupos étnicos e culturais minoritários, os toxicodependentes, os detidos e ex-reclusos e os portadores de deficiência¹⁷. Uma quarta definição de pobreza é a pobreza social, apresentada pelo “Relatório Anual da Pobreza”, de 2004 – em consonância com as premissas avançadas pelo PARPA e pela Agenda 2025 –, que é relacionada com as disparidades estruturais ou questões sociais, em que uma das formas de avaliar o grau de desempenho do capital social é através do quadro institucional em que se resolvem e se actua na prevenção de conflitos¹⁸. Há, portanto, uma infinidade de definições e dimensões da pobreza que contribuem para o enriquecimento e alargamento da sua natureza

¹⁴ *Ibidem*, p. 18.

¹⁵ BOOTH C. citado por GIDDENS (1993), p. 246 in: FERREIRA et al (1995) *Sociologia*. Editora MacGraw-Hill, Portugal, p. 328.

¹⁶ Editorial Verbo Lisboa/São Paulo, *loc. cit.*, p. 514.

¹⁷ *Ibidem*, p. 514.

¹⁸ Relatório Anual da Pobreza (RAP) 2004, G20, Maputo, Moçambique, p. 19.

problemática. Nessa ordem de ideias, propomo-nos olhar para o fenómeno da pobreza como um fenómeno multifacetado e passível de ser abordado sob vários ângulos.

Então é partindo desse pressuposto que o nosso desafio consiste em propor uma abordagem que permite olhá-la ainda como um processo com suas próprias dinâmicas e peculiaridades. Isto porque inquietou-nos verificar que certas pessoas residentes nos bairros suburbanos da cidade de Maputo, que antes não eram tidas como pobres, foram empobrecendo com o passar dos anos, por consequência da degradação das condições de vida do meio em que vivem.

Do outro lado da moeda, é de referir que a nossa sociedade já está familiarizada com uma tendência desenfreada que concorre, em grande escala, para proposição de "terapias" consentâneas com a eliminação da pobreza. Essa tendência desvaloriza, em certa medida, a necessidade de realização de verdadeiros "diagnósticos" com vista a apurar as reais manifestações e implicações da pobreza. Em contraposição a essa tendência, significa que é necessária a multiplicação de estudos sobre a pobreza e, sobretudo, estudos localizados – em bairros, cidades ou vilas, por exemplo¹⁹. Em termos concretos, a necessidade urgente de se estudar o processo de empobrecimento resulta, sobretudo, da maneira como a questão da pobreza tem vindo a ser tematizada, particularmente em Moçambique, quer, por exemplo, nos meios políticos, quer ainda através do discurso dos meios de comunicação. Nos meios políticos, concretamente a partir do discurso que as autoridades governamentais têm vindo a defender, enfatiza-se, sobretudo, a eliminação da pobreza, isto é, da pobreza absoluta. O PARPA é um documento oficial fielmente ilustrativo das intenções dos mais recentes governos do partido do Frelimo. Segundo o argumento deste documento, "o objectivo central do governo é a redução substancial dos níveis de pobreza absoluta em Moçambique através de medidas para melhorar as capacidades e as oportunidades para todos os

¹⁹ Isto é, torna-se necessário partir do pressuposto que a pobreza não se manifesta de uma forma homogênea à escala distrital, provincial ou nacional. Sendo assim, a realização de "diagnósticos" mais realísticos de pobreza significa contextualizar ou singularizar as suas manifestações nos seus respectivos espaços e tempos evitando generalizações abusivas ou quaisquer tipos de extrapolações de determinados tipos de pobreza de outros contextos para um estudo local. Somente nessa perspectiva é que poder-se-á realizar "terapias" mais adequadas ou apropriadas à sua eliminação dado que, em princípio, já se apurou a verdadeira causa e manifestações de um determinado tipo de pobreza.

moçambicanos, em particular os pobres"²⁰. O sociólogo Elísio Macamo, no seu artigo intitulado "A (Falsa) Redescoberta da Pobreza", de 2003, publicado pelo jornal "Notícias", fez uma inferência do argumento do PARPA. Segundo ele, significa que "quanto maior for a riqueza produzida, mais sobrar para os pobres". Isto é, "com o crescimento económico, menor será o número de gente necessitada". Ainda segundo Macamo, este argumento encontra sua sustentação na filosofia neo-liberal que defende que a chave de tudo é o crescimento económico o que constitui, por seu turno, as linhas-mestras da política internacional do desenvolvimento levada a cabo principalmente pelas instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Portanto, o PARPA é essencialmente uma reacção oficial a uma exigência fundamental da política internacional do desenvolvimento para que haja, entre muitas decisões, o perdão da dívida externa, por exemplo²¹.

Nos meios de comunicação, por sua vez, quando se veiculam informações relacionadas com a pobreza, conferem, também, relevo à sua eliminação, um pouco à semelhança do discurso das autoridades governamentais. Isso é sintomático do facto de assistir-se à um debate aparentemente deficitário em termos de participação dos diversos sectores da sociedade. Essa situação impele os meios de comunicação – na sua maioria – à uma priorização do discurso e acção das autoridades governamentais quando se trata de assuntos relacionados com a pobreza e seu impacto. Portanto, nestas condições, o discurso oficial à volta da questão da pobreza torna-se, em certa medida, imponente. Ou seja, sobrepõe-se à outros tipos de discursos exactamente por ser o mais veiculado pelos meios de comunicação. Atenhamo-nos, por exemplo, à imprensa escrita, com destaque para alguns jornais publicados no nosso País. O estabelecimento das mais recentes agendas do jornal "Diário de Moçambique", por exemplo, é sintomático desta situação estacionária. Durante o mês de Setembro de 2005, nas suas edições dos dias 8, 26, 27 e 28, as respectivas manchetes debruçavam-se sobre o combate à pobreza absoluta, nas próprias palavras do

²⁰ Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005) (PARPA): documento de estratégia e plano para a redução da pobreza e promoção do crescimento económico, MPP, GDM, República de Moçambique.

²¹ MACAMO, Elísio (2003) A (Falsa) Redescoberta da Pobreza, in: Jornal Notícias do dia 29 e 30 de Maio de 2003.

chefe de Estado moçambicano, Armando Guebuza²². O jornal "Notícias", por sua vez, na edição de 26 de Agosto de 2005, reproduz no seu título, e em letras de parangona, o discurso de Guebuza. Segundo este jornal, o estadista aponta o dedo em riste ao burocratismo perpetrado pelos funcionários públicos, aos efeitos da guerra da Renamo como sendo responsáveis pela pobreza no País, especialmente no distrito de Mutarara, na província de Tete²³. Se se assistisse a um envolvimento notável e considerável de quase todos os sectores da sociedade, provavelmente confrontar-nos-íamos com um debate aceso e multifacetado, desta feita resultante da diversidade de pontos de vista, no qual o discurso oficial sobre a pobreza seria uma das partes integrantes.

Por essa razão, este estudo assume-se, de certa forma, como uma contraposição à essa tendência de tal sorte que procura fazer exactamente o contrário. Isto é, como um estudo meramente sociológico procura à escala do nosso objecto de estudo específico descrever e analisar contiguamente como certas pessoas são directamente afectadas por determinadas formas específicas e peculiares de pobreza, ou melhor, pelo processo de empobrecimento. Isto porque, nas actuais condições em que o nosso País se encontra, torna-se necessário olhar para os vários tipos de pobreza e suas manifestações – e uma vez mais não somente para a pobreza absoluta – para que, posteriormente, se realizem "diagnósticos" mais realísticos e se proponham "terapias" mais adequadas à sua eliminação.

Assim, a relevância do tema decorre sobremaneira da conjugação das duas premissas que foram explanadas ao longo desta secção. De seguida, propomo-nos apresentar o plano metodológico que esteve na esteira de toda a pesquisa.

²² Na edição do dia 8 de Setembro de 2005, o chefe de Estado acusa as escaramuças registadas no Município da Mocimboa da Praia como prejudiciais ao esforço de acabar com a pobreza absoluta que constitui o grande desafio do governo. Na edição do dia 26, aferiu que o bom resultado na luta contra a pobreza absoluta em Moçambique depende da existência no seio das FADM do espírito de projecção da unidade nacional. Na edição do dia 27, aferiu que a estiagem torna a pobreza mais dramática com maior incidência nas províncias de Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo. Na edição do dia 28, aferiu que todos os nacionais têm que se compenetrar de que o combate à pobreza absoluta é da responsabilidade dos moçambicanos.

²³ Jornal Notícias do dia 26 de Agosto de 2005, p. 3.

1.6. Metodologia

Tendo em vista a realização de um trabalho meramente descritivo e interpretativo que concorre para a formulação de uma hipótese, confrontamo-nos com a necessidade de aplicação de um método estritamente qualitativo. Portanto, a nossa metodologia comportou técnicas de recolha de informação ou de dados, a saber: a pesquisa bibliográfica, a realização de um trabalho de arquivo que inclui a pesquisa documental, a administração de entrevistas semi-estruturadas um passeio transversal e a observação directa. A seguir passamos a explicar sucintamente cada uma das técnicas de recolha de informação.

A pesquisa bibliográfica teve em vista discutir assuntos relacionados com a pobreza e exclusão social no contexto da literatura sociológica e não só. Na literatura sociológica, particularmente, a questão da pobreza vem contida na questão da exclusão social por esta ser, no entanto, mais abrangente no concernente aos factores sociais que obstaculizam a integração social de actores e de grupos²⁴.

O trabalho de arquivo, a segunda técnica de recolha de informação, aparece como um subsídio metodológico que tem como finalidade revisitar o manancial bibliográfico existente relacionado com a cidade de Maputo – ou Lourenço Marques, que era a toponímia anterior –, priorizando, desta feita, os bairros suburbanos para se saber, em certa medida, quão bem equipados estavam. Para o efeito, utilizou-se o critério das infraestruturas – estradas ou ruas, residências, fornecimento dos serviços de água e electricidade – numa perspectiva comparativa entre o passado recente e o presente.

A administração de entrevistas semi-estruturadas, com perguntas semi-directivas e abertas, é a terceira técnica de recolha de informação. Para o efeito, pôde-se entrevistar as pessoas pertencentes à nossa unidade de análise com um guião prévio de perguntas conferindo-os a

²⁴ Para mais detalhes vide, por exemplo, FERREIRA et al (1995) *Sociologia*. Editora MacGraw-Hill, Portugal, p. 328.

liberdade de se expressar como forma de apurar dados novos que, eventualmente, não caibam nas questões contidas no guião prévio. Esteve em vista a selecção de uma amostra composta por dez (10) famílias, às quais entrevistámos em especial os respectivos "chefes" de família. Na administração de entrevistas incluímos o critério habitacional, ou seja, considerámos tanto as residências de alvenaria como as de madeira e zinco. Isto porque ambas constituem os tipos de residência que mais abundam e que têm persistido por mais tempo no bairro em causa dada a maior resistência do material de que foram construídas. Há outros tipos de residência que, por razões metodológicas, não foram incluídos no nosso estudo. As construídas à base de caniço, por exemplo, não foram consideradas dada a precariedade do material pois que normalmente não duram muito. De contrário, ser-nos-ia extremamente difícil apreender a gradual deterioração do material de que foram construídas as residências dentro das balizas de tempo seleccionadas para o estudo do nosso objecto.

O passeio transversal é a quarta técnica de recolha de informação. Consiste num pequeno percurso por uma das ruas que constituem uma espécie de corte transversal sobre o bairro. A sua selecção é feita previamente. Durante o passeio, fizemo-nos acompanhar por uma das pessoas que vive no bairro há mais tempo, segundo a sua disponibilidade. Enquanto avançávamos, o nosso acompanhante procedia à uma descrição das infraestruturas que perfazem o meio envolvente – incluindo as habitações, as estradas e ruas, a extensão eléctrica, e por aí em diante – e das relações sociais em si, apoiando-se no binómio passado/presente. Quanto à nós cabia o registo da informação prestada. No processo, vieram ao de cima certas vantagens que a aplicação do passeio transversal revelou comparativamente às outras técnicas de recolha de informação acima descritas, designadamente a possibilidade de apreender e registar a informação objectivamente sem muita influência do subjectivismo do informante. Ou seja, houve maior probabilidade em o informante prestar fielmente as informações do que em conjecturar ou especular acerca do meio circundante. Desse modo, pôde-se perceber com maior clareza as disparidades ou diferenças entre o passado recente e o presente em termos infraestruturais e em termos de relações sociais.

A observação directa é a quinta e última técnica de recolha de informação. Para tal, elaborou-se uma grelha de observação com critérios para observar directamente as condições de vida dos inquiridos. Os critérios são essencialmente dois, nomeadamente o critério habitacional e o do ordenamento urbano. O critério habitacional esteve na esteira dos seguintes aspectos, designadamente casa de alvenaria, casa de madeira e zinco, existência de água canalizada e de electricidade. Por outro lado, estabeleceu-se o critério do ordenamento urbano que foi considerado a partir de mecanismos de recolha e tratamento de resíduos sólidos, o estado de conservação das estradas/ruas e os sistemas de escoamento da água.

Em suma, com a mistura das cinco técnicas de recolha de informação enunciadas acima esperávamos elaborar um relatório que comportasse informação suficientemente plausível na perspectiva de testar a nossa hipótese. Ou seja, procurar compreender até que ponto a pobreza pode resultar da deterioração das condições de vida do meio em que as pessoas vivem. Todavia, a técnica de recolha de informação que mais informação forneceu foi a entrevista. Isto porque os entrevistados facultaram várias facetas das suas vidas, várias experiências e vivências que tiveram, tanto no passado como no presente. Houve convergência na informação colectada quer na informação referente ao cenário que caracterizou os bairros suburbanos há algumas décadas quer na informação referente ao cenário dos dias correntes. Na secção seguinte, discorreremos o contexto no qual o nosso objecto de estudo se enquadra.

1.7. Contextualização

Para compreendermos o contexto no qual o nosso problema se enquadra exporemos a génese, por assim dizer, de estudos sobre a pobreza no nosso País. De seguida, concentrar-nos-emos especificamente na questão da pobreza suburbana e daí estabelecer pontes com o nosso objecto de estudo.

Tanto quanto sabemos, nunca houve em Moçambique, durante o período colonial, estudos sistemáticos e problematizados sobre a questão da pobreza. Durante as consultas bibliográficas e documentais levadas a cabo nas diversas bibliotecas espalhadas pela cidade de Maputo, com realce para as bibliotecas do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, do Arquivo Histórico de Moçambique, do Arquivo do Património Cultural e do Concelho Municipal da Cidade de Maputo, tudo quanto se pôde encontrar foram documentos que se debruçavam sobre diversos assuntos a vários níveis que pouco ou nada tinham a ver com a pobreza como ela é genericamente entendida e tematizada nos dias que correm. De certa forma, acreditamos que a questão da pobreza nesse período sempre se colocou de outra maneira. De uma maneira superficial, eram tratadas nesses documentos questões à volta da indigência, da precariedade, da miséria, da vulnerabilidade que assolavam, grosso modo, populações "indígenas" ao longo da "província ultramarina" de Moçambique²⁵. Segundo António Rita-Ferreira, no mundo subdesenvolvido, como é o caso de Moçambique, havia ausência de actividades de tipo verdadeiramente revolucionário dada a persistência de sistemas económicos tradicionais que exigem grande intensidade de mão-de-obra. Consequentemente, criava-se condições para o pauperismo, desemprego, insalubridade e outros males sociais²⁶. Havia também, a par disso, outros factores como o conceito de família extensa que implica a existência de um número extenso de "parasitas" ou dependentes, a falta de um sistema de segurança social que protegesse o africano urbanizado durante as situações de doença, invalidez e desemprego, impossibilidade dos rurais recém-chegados à urbe obterem imediatamente trabalho assalariado e deficiências do meio rural em matéria de assistência sanitária, educativa, etc.²⁷.

Como dissemos anteriormente, pode-se considerar que, em Moçambique, o interesse no estudo da pobreza como tal começa a ganhar relevo já no período pós-independência –

²⁵ O termo indígena, literalmente, significa natural do país que habita; nativo. Contudo, esse termo, quando utilizado pelo colonizador, acarretava consigo um sentido pejorativo. O termo província ultramarina, por sua vez, designava todas as colónias portuguesas localizadas no além mar, ou seja, fora do continente europeu, onde se localizava a metrópole portuguesa.

²⁶ RITA-FERREIRA, A. Os Africanos de Lourenço Marques in: Memórias do Instituto de Investigação de Moçambique, 1967-68, Vol. 9, Série C, Lourenço Marques, p. 321.

²⁷ *Ibidem*, p. 308.

concretamente em finais da década de 80 do século passado – com a intervenção de diversos organismos internacionais nas questões da vida do País, em especial as instituições financeiras internacionais como as de *Bretton Woods*, nomeadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. A partir de 1989, no segundo ano da implementação do PRE que levaria posteriormente à sua transformação em PRES, entre 1990/91, a pobreza tornou-se objecto particular de ocupação, no contexto da iniciativa dos doadores²⁸. Na conjuntura da guerra generalizada, da substituição progressiva do Novo Sistema de Abastecimento pela liberalização dos mercados dos produtos alimentares de base, e do agravamento da situação social em geral e das populações urbanas em particular, surgiram os primeiros estudos que se dedicaram expressamente à pobreza em Moçambique. Dentre eles, saliente-se os estudos do pesquisador Reginald Green do *Institute of Development Studies*, – que em português significa algo como instituto de estudos sobre o desenvolvimento. Os seus estudos pioneiros foram *Social Dimensions of Adjustment*, – ou, em português, dimensões sociais do (re)ajustamento – de 1989, e “A Luta Contra a Pobreza Absoluta em Moçambique”, de 1991²⁹. No relatório *Social Dimensions of Adjustment*, por exemplo, Green estimou que 60% da população vivia em condições de pobreza absoluta. No relatório “A Luta Contra a Pobreza Absoluta em Moçambique”, o pesquisador alterou a sua estimativa de 60% para 65% e integra as despesas para a saúde e educação. Isto é, incorpora nesse estudo as carências e deficiências dos sectores da saúde e educação já fragilizados em virtude, sobretudo, do impacto social dos programas de reajustamento estrutural e dos efeitos da guerra³⁰.

Adiante, “O Relatório Nacional de Moçambique sobre o Desenvolvimento Social”, de 1995, diagnosticou um tipo de pobreza que surgiu nos anos imediatamente a seguir à independência até aos dias correntes. Essa pobreza a que chamou de “pobreza conjuntural ou transitória” afecta camadas populacionais como sejam agregados familiares na situação de regressados de guerra, deslocados de guerra, desempregados, afectados por desastres

²⁸ OPPENHEIMER, J., RAPOSO, I., *loc. cit.*, p. 24.

²⁹ *Ibidem*, pp. 45-46.

³⁰ *Ibidem*, pp. 45-46

naturais. Ela é causada fundamentalmente pela guerra que limitou substancialmente a possibilidade da população produzir os seus meios de subsistência³¹. Parafraseando esta definição patente no relatório, quer isto significar que os primeiros anos do período pós-colonial são testemunhos da alvorada do fenómeno da pobreza como tal. E a sua raiz explicativa reside no impacto pernicioso da seca dos inícios anos de 1980, do início e evolução da guerra da Renamo, do desemprego que caracterizou os primeiros anos da implementação em Moçambique de uma economia centralmente planificada.

No entanto, para contextualizar melhor o nosso objecto de estudo há que ressaltar que nos interessa descrever a maneira como certas pessoas ficaram pobres em virtude da degradação progressiva do meio em que vivem. E o caso dessas pessoas que formam uma camada populacional é excepcional porque há anos – ou décadas – não eram tidas como pobres dentro da comunidade onde, até hoje, se encontram inseridas.

No entanto, é no contexto da pobreza suburbana em que estas camadas populacionais comportam este tipo de manifestações. Ou seja, com a lenta e gradativa deprecação das condições de vida e do meio circundante, estas camadas vão se tornando cada vez mais pobres, num processo aparentemente sem precedentes que conduz ao empobrecimento. De acordo com Oppenheimer e Raposo:

O número insuficiente de escolas, a subutilização, a deterioração e o mau funcionamento da rede escolar e de saúde, a falta de creches, os problemas de abastecimento da água potável junto à habitação, a falta de saneamento básico, os problemas de drenagem e erosão, a falta de energia eléctrica, a insuficiência ou ausência de iluminação pública, a carestia do combustível doméstico, as vias intransitáveis, a inadequação do sistema de transportes colectivos, a inexistência de um sistema de recolha de lixo eficiente, a acumulação de lixo no espaço público, as condições precárias e a sobreutilização da habitação, a precariedade da ocupação do solo, a falta de postos policiais, caracterizam em maior ou em menor grau os bairros suburbanos da cidade de Maputo (...) esta situação contribui para o fraco nível de escolaridade, para a doença, para a cansaça quotidiana, para o desemprego, para a marginalidade e para a degradação do meio ambiente³².

³¹ Relatório Nacional de Moçambique sobre o Desenvolvimento Social, Maputo (1995), Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social, Copenhaga, Dinamarca, 6 a 12 de Março de 1995, pp. 14-15.

³² OPPENHEIMER, J., RAPOSO, *loc. cit.*, p. 24.

Em suma, a pobreza tornou-se objecto particular de ocupação com o impacto de organizações não-governamentais internacionais em Moçambique, em finais da década de 1980. Nessa conjuntura, são publicados os primeiros relatórios e documentos que se debruçam sobre ela e sem se furtarem em tematizar a pobreza particularmente no contexto suburbano. E, como já é sabido, o nosso objecto de estudo enquadra-se no contexto da pobreza suburbana, no bairro de Chamanculo, na cidade de Maputo. De tudo quanto dissemos até esta parte, é importante reter a ideia de que apesar dos estudos sobre a pobreza em Moçambique serem muito recentes o processo de empobrecimento, em particular, não constitui um problema, por assim dizer, novo. Ele precede esses estudos porque, como pudemos constatar, é um problema que começa a manifestar-se ainda em períodos anteriores à década de 1980. A seguir, procuraremos fazer uma breve resenha da trajectória histórica do bairro nas últimas décadas até esta parte para se ter ideia da dinâmica das transformações sociais e infraestruturais nele ocorridas.

2. BREVE RESENHA DA HISTÓRIA RECENTE DO BAIRRO

O objectivo aqui consiste em trazer à tona a trajectória histórica do bairro a partir dos últimos 40 ou 50 anos até esta parte. Esta periodização vai nos permitir comparar o período colonial com o período pós-colonial.

O bairro de Chamanculo passou, nas últimas quatro ou cinco décadas, por várias transformações sociais e infraestruturais que ditaram o estabelecimento de novas formas de relações sociais dentro da comunidade. Significa que houve uma gradual substituição de relações sociais de uma comunidade tipicamente rural cuja principal actividade económica era a agricultura familiar de subsistência por relações sociais que se conotavam mais com a de uma comunidade urbana. Ao que parece, as antigas relações sociais que eram, por assim dizer, pessoais, íntimas e de maior aproximação entre indivíduos e grupos, cederam lugar a um novo tipo de relações que começavam a tornar-se tendencialmente impessoais, menos íntimas. Em analogia, e como diria Émile Durkheim, sociólogo clássico francês, na sociedade moderna estamos em presença de um novo tipo de solidariedade social a que chamaríamos de solidariedade orgânica, que vem substituir a solidariedade mecânica que vigorou na sociedade pré-moderna ou tradicional de maior consciência colectiva. A solidariedade orgânica é corolário da progressiva complexificação da divisão social do trabalho e da autonomização do indivíduo³³. Assim, estas categorias analíticas permitem estabelecer pontes com a realidade social do bairro de Chamanculo nesse período de transformações. Ou seja, a sociedade tradicional durkheimiana corresponde à sociedade tipicamente rural do período colonial, enquanto que a sociedade moderna durkheimiana corresponde à nova sociedade ora emergente de relações sociais tendencialmente impessoais também do período colonial.

Em termos de estrutura administrativa, vigorava inicialmente – no período colonial –, um termo que se designava por “regedoria” e que precede o de “bairro”. O termo “bairro”, por sua vez, foi forjado pelo governo do partido Frelimo logo a seguir à independência, e o de

³³ Vide DURKHEIM, Émile (1995) Da Divisão do Trabalho Social, Martins Fontes, São Paulo.

"regedoria" pelo Estado colonial³⁴. Uma regedoria era, por analogia, aquilo que no actual mapa administrativo de Portugal se chama "freguesia" e que constitui, por sua vez, uma subdivisão de um Concelho. Segundo António Rita-Ferreira existiam na antiga cidade de Lourenço Marques pelo menos quatro regedorias, nomeadamente a regedoria de São José, que incluía Chamanculo e Malanga, a regedoria de Munhuana, que incluía Zixaxa, a regedoria de Fumo, que incluía Polana, Mavalane, Xitimela e Infulene e, por fim, a regedoria de Malhangalene, que incluía Mafalala e Lagoa. No entanto, no lugar que hoje se chama bairro de Chamanculo estava anteriormente circunscrito dentro dum sistema de regedorias, uma das parcelas mais minúsculas da estrutura administrativa colonial então vigente. Portanto, Chamanculo e Malanga eram grupos de povoações que estavam integrados na regedoria de São José³⁵.

O Estado Colonial adoptou a estratégia de sobrelevar o poder tradicional e o delegou às mãos dos régulos. Com efeito, o sistema dos regulados era considerado no mapa administrativo ora produzido. Em termos de estrutura hierárquica, os régulos prestavam contas ao Posto Administrativo, onde se encontrava o respectivo chefe do pelouro. Este, por sua vez, subordinava-se à Administração do Concelho e na posição mais cimeira encontrava-se o Tribunal.

Mas, é preciso lembrar que além do impacto colonial no bairro em análise houve também o impacto de outras instituições sociais adjacentes, nomeadamente as missões religiosas. A missão São José e a missão Suíça – hoje Igreja Presbiteriana de Moçambique – são alguns exemplos dignos de realce. O poder ora vigente e as missões religiosas, conjuntamente, encetaram uma série de realizações das quais a comunidade do bairro acabou por constituir, em certa medida, o beneficiário privilegiado. Dessa forma, o bairro de Chamanculo, no período colonial, dispunha de quase tudo o que torna a qualidade de vida das pessoas socialmente aceitável na vida em sociedade. Isto porque a qualidade de vida depende da existência de certas infraestruturas básicas como sejam os serviços de saúde, de educação,

³⁴ RITA-FERREIRA, A. *loc. cit.*, pp. 158-159

³⁵ *Ibidem*, pp. 158-159.

de saneamento urbano, as vias públicas, entre outras. Houve, nesse período, a promoção da implantação e extensão de infraestruturas socio-económicas como, por exemplo, as escolas, hospitais, estradas asfaltadas e ordenadas, água potável, electricidade, as indústrias transformadoras, os espaços de recreação e desportos, entre outras. Dentre essas infraestruturas, há a destacar a construção de hospitais como, por exemplo, o Hospital Missão Suíça – actual Hospital Geral de Chamanculo – que pertencia às autoridades da Igreja Missão Suíça. Há que referenciar ainda a construção de escolas missionárias e oficiais como, por exemplo, a Escola Missão José de Lhanguene – hoje subdividida em escolas primárias de Lhanguene Centro e Piloto, a escola Dona Berta – hoje Escola Primária 25 de Junho –, as unidades 11, 13, 16 e 18. No que toca à construção de indústrias, há, também, que referenciar alguns empreendimentos como a UFA – a actual União Fabril de Moçambique – bem como a Cajú de Moçambique, hoje falida. A construção de vias públicas – estradas asfaltadas – como, por exemplo, as ruas da UFA, Dr. Lacerda de Almeida, Eng. Touvar, entre outras, são também algumas das realizações a tomar em consideração.

Entretanto, nos anos imediatamente a seguir à independência uma certa camada populacional – algumas famílias – residente nas zonas suburbanas da cidade de Maputo abandonou as suas residências rumo à cidade de “cimento” – local onde se verificou o maior número de nacionalizações. Isto porque iniciada a era das nacionalizações, estavam criadas as condições para que as residências – incluindo as que estavam destinadas ao aluguer – ora pertencentes aos cidadãos colonos fossem ocupadas pelos novos inquilinos da Administração do Parque Imobiliário do Estado³⁶. Em termos reais, esse êxodo não foi tão significativo dado que somente uma pequena proporção dessas famílias sobretudo os filhos jovens pertencentes à essas famílias tomou parte dele. Os velhos, por seu turno, permaneceram e ainda permanecem no bairro em estudo. São as condições de vida destes e as dos seus “dependentes” que nos interessa descrever e analisar.

³⁶ DOS MUCHANGOS, Aniceto, Traços Gerais da Cidade de Maputo in: Arquivo: Boletim do Arquivo Histórico da Universidade Eduardo Mondlane, nº 2, Outubro de 1987, p. 132.

Ainda dentro deste contexto, muitos patronos pertencentes ao regime colonial ora deposto abandonaram as suas empresas e, por consequência disso, instalou-se um desemprego generalizado. A par da deserção desses colonos, as empresas abandonadas eram caracterizadas pela obsolência tecnológica e pela sabotagem de equipamento³⁷. Talvez seja por isso que o novo Estado tenha tido muitas dificuldades em subsidiar a recuperação dessas empresas. Este é um aspecto importante, porém, não determinante pois, hoje em dia, muitas famílias residentes no bairro caíram nas malhas da pobreza, na óptica do empobrecimento, mesmo tendo emprego estável.

Com o passar dos anos, as infraestruturas implantadas já no período colonial foram se degradando de forma gradual sem que nenhuma acção com vista ao seu refreamento se engendrasse. As estradas existentes degradaram-se e até mesmo desapareceram, a estrutura do bairro tornou-se cada vez mais desordenada e difusa por consequência do superpovoamento a que se assistiu mormente após a eclosão da guerra da Renamo. Isto somente para mencionar alguns exemplos.

Nos dias que correm, estamos em presença de um bairro caracterizado por uma notável ausência de ordenamento urbano, por uma distribuição irregular da população e por uma estrutura difusa que complica ainda mais a identificação das formas de ocupação do espaço³⁸. Os terrenos reservados para os novos equipamentos nesses bairros foram ocupados durante a guerra e as poucas infra-estruturas e equipamentos existentes deterioraram-se³⁹. No seu interior, a azáfama e o aparente caos são sintomáticos da necessidade que os afectados pelo processo de empobrecimento têm de engendrar novas e múltiplas estratégias de sobrevivência. A usura, a delinquência, a prostituição e a venda de bebidas alcoólicas – desde as processadas industrialmente até às de fabrico caseiro –, por exemplo, são algumas das estratégias de sobrevivência que muito dificilmente conseguem fazer face à satisfação das necessidades humanas tidas como básicas.

³⁷ CASTEL-BRANCO, Carlos N. (1994) Problemas Estruturais de Industrialização: A Indústria Transformadora, in: Moçambique, Perspectivas Económicas, Livraria Universitária, UEM, p. 94.

³⁸ DOS MUCHANGOS, Aniceto, *loc. cit.*, pp. 132-133.

³⁹ OPPENHEIMER, J., RAPOSO, I. *loc. cit.*, p. 25.

Com o fim da guerra da Renamo e a instauração da ordem neo-liberal recrudescer a diferenciação entre o centro ora em recuperação e a periferia cada vez mais degradada. Assiste-se ao abandono gradual dos bairros centrais pelas populações com menos recursos que aí se haviam instalado com as nacionalizações do pós-independência e que são agora (re)conduzidas para a periferia. O abandono passa pelo subaluguer ou pela alienação dos imóveis arrendados do Estado a favor de novos inquilinos⁴⁰. Este novo êxodo do pós-guerra – o êxodo do centro para periferia – agrava ainda mais o problema do superpovoamento nos bairros suburbanos. O superpovoamento constitui um problema na medida em que traz consequências negativas para a questão do ordenamento urbano. O superpovoamento complica ainda mais as formas de ocupação dos espaços no bairro no contexto da fixação de novas famílias. Nesse processo, a arbitrariedade nas formas de ocupação é notória porque as famílias, por si sós, decidem sobre a maneira como constroem ou remodelam as suas residências sem, contudo, seguirem as regras convencionais de urbanização.

Enfim, houve realmente transformações sociais e infraestruturais no bairro de Chamanculo desde o período colonial até ao período colonial pós-colonial. E como pudemos constatar, essas transformações trouxeram consequências negativas na comunidade do bairro, especialmente na camada populacional que reside no bairro há mais tempo. Isto é, a deterioração das habitações, das ruas ou estradas, o superpovoamento, a realização de estratégias de sobrevivência são alguns dos problemas com os quais essa camada se debate hoje em dia. Este cenário contrasta com o do período colonial pois aqui o bairro dispunha de condições de vida como, por exemplo, o fácil acesso à saúde, educação, habitação, existência de estradas asfaltadas e ordenadas. Esse cenário favorecia o usufruto de uma qualidade de vida considerável no seio da comunidade. No capítulo que segue, faremos o enquadramento teórico-conceitual da nossa pesquisa. Por um lado, definiremos os conceitos centrais que transcorrem a pesquisa, nomeadamente os conceitos de "deterioração das condições de vida" e "processo de empobrecimento". Por outro, apresentaremos o nosso referencial teórico,

⁴⁰ *Ibidem*, p. 25.

nomeadamente o conceito de "nova pobreza", que surgiu, em meados do século passado, no Ocidente. Então pegaremos nesse conceito e o aplicaremos no contexto do bairro de Chamanculo de uma forma específica para compreendermos o "processo de empobrecimento".

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

3.1. Conceptualização

Esta pesquisa está ancorada num pressuposto segundo o qual o fenómeno da pobreza tem que ser visto como um fenómeno multifacetado e passível de ser abordado sob vários ângulos. Esse pressuposto desempenha um papel importante nesta secção que é a da conceptualização dado que procederemos à operacionalização dos conceitos centrais da nossa pesquisa. Esses conceitos visam demonstrar que se trata da proposição e descrição de um dos ângulos ou enfoques da questão da pobreza.

De acordo com Quivy & Campenhoudt, "a conceptualização é mais do que uma simples definição ou convenção terminológica (...) É uma construção abstracta que visa dar conta do real"⁴¹. É a partir deste pressuposto que procederemos à operacionalização dos conceitos centrais do nosso problema, isto é, reduzir o nível abstracto desses conceitos até que se aproximem cada vez mais da possibilidade de os apreendermos empiricamente. Noutros termos, significa que faremos a definição desses conceitos a partir dos seus indicadores. Esses indicadores irão expor de forma concreta e empírica o significado dos conceitos como veremos adiante.

Os conceitos centrais do nosso problema estão na hipótese e foram amplamente colocados em situação relacional como que variáveis, para que posteriormente fossem testados. São eles os conceitos de "deterioração das condições de vida" e "processo de empobrecimento". A primeira variável é independente e a segunda dependente.

Deterioração das condições de vida

A literatura sociológica, assim como os diversos documentos oficiais e não oficiais, entre outros, incluem, ao problematizarem a questão da pobreza, certos critérios para a sua avaliação. À esses critérios denominam-nos como condições de vida – tidas como básicas. Dentre essas condições de vida, saliente-se o acesso à educação, à saúde, ao ensino, à

⁴¹ QUIVY, R., CAMPENHOUDT, L. V. *loc. cit.*, p. 121.

habitação, a idade, o domínio das novas tecnologias, só para mencionar algumas. E a avaliação dessas condições de vida, por sua vez, é feita mediante o estabelecimento de um limiar de pobreza ou linha de pobreza. Portanto, todos aqueles que estão condignamente excluídos do benefício dessas condições – ou que estejam abaixo de uma determinada linha ou limiar de pobreza – são considerados pobres. O PARPA, por exemplo, documenta que nos anteriores estudos analíticos sobre pobreza em Moçambique, foram identificadas condições básicas mínimas para a subsistência com base numa linha de pobreza absoluta. Essa linha foi construída como a soma dum linha de pobreza alimentar, estabelecida pelos padrões de aproximadamente 2.150 Kilocalorias por pessoa por dia. Em termos monetários, a linha de pobreza nacional foi fixada em 5.433,00 MT por pessoa por dia. Trata-se do consumo *per capita*, ou seja, consumo total do agregado familiar dividido pelo número de membros do agregado familiar⁴². No conceito “deterioração das condições de vida”, as “condições de vida” são: abrigo ou habitação – incluindo o acesso à água potável e à electricidade –, alimentação, ordenamento urbano, saneamento básico, aspectos ligados à própria dignidade da pessoa, a segurança, o estatuto da pessoa na comunidade. Por outro lado, temos também a “deterioração” que literalmente tem como sinónimos a degradação, a depredação, a ruína, entre outros⁴³. Portanto, “deterioração das condições de vida” consiste num processo de precarização social caracterizado por uma alimentação e abrigo cada vez mais deficientes, por uma crescente insalubridade do meio, por uma regressão cada vez mais acentuada no que respeita à segurança das pessoas, entre outros aspectos ou, se quisermos, indicadores do conceito em causa. Aliás, é de referir que as condições de vida seleccionadas no conceito de “deterioração das condições de vida” é que caracterizam o conceito de “processo de empobrecimento” que passaremos a analisar a seguir.

Processo de empobrecimento

Na nossa hipótese, este conceito constitui a variável dependente, portanto, consequência da progressiva “deterioração das condições de vida” que constitui, por seu turno, a

⁴² MPF, GDM, República de Moçambique, *loc. cit.*, p. 4.

⁴³ Dicionário da Língua Portuguesa: Dicionário Fórum Estudante, Porto, Portugal, 1998.

variável independente. Partimos do pressuposto segundo o qual o empobrecimento que afecta a nossa unidade de análise ocorre de forma processual. Deste modo e à semelhança do conceito de "deterioração das condições de vida", o conceito de "processo de empobrecimento" comporta também "duas faces da mesma moeda", nomeadamente o "processo" e o "empobrecimento" que, separadamente, não interessam aqui explicar, apesar de o "empobrecimento" ter sido explicado logo no início deste trabalho. Quanto ao "processo" pode ser definido ou explicado literalmente. Importa referir, contudo, que é a conjugação das duas "faces" que, segundo os objectivos do trabalho, torna-se imperioso explicar, ou melhor, definir. Então, "processo de empobrecimento" seria entendido como um processo lento, gradativo e contínuo de precarização social e que está associado à uma crescente incapacidade de as pessoas deterem um modo de vida adequado e de, ao mesmo tempo, fazerem face à progressão desse processo. Deste modo, temos como indicadores do conceito "processo de empobrecimento" a "incapacidade de as pessoas deterem um modo de vida adequado" e "incapacidade de as pessoas fazerem face à progressão desse processo". Em suma, o processo de empobrecimento é resultado da progressiva deterioração das condições de vida.

Posto isto, a operacionalização dos dois conceitos e a subsequente tentativa de os relacionar têm como função colocar a nossa suspeita patente na hipótese: que a deterioração das condições de vida pode conduzir à pobreza, ou seja, o empobrecimento de gente outrora – ou tradicionalmente – afluente.

3.2. Referencial Teórico

Para esta parte iremos, numa primeira fase, fazer a revisão da literatura. Nesse processo, problematizaremos os conceitos, definições e abordagens de pobreza e exclusão social, primeiro no contexto ocidental e, de seguida, no contexto moçambicano. No contexto ocidental apresentaremos autores como Charles Booth e Alfredo Bruto da Costa, enquanto que no contexto moçambicano apresentaremos Carlos Serra. Numa segunda fase, a mais importante, traremos uma abordagem – a da nova pobreza – que a aplicaremos no contexto do bairro de Chamanculo de uma forma específica. Ou seja, essa abordagem

serve de referencial teórico para a questão do processo de empobrecimento que assola a nossa unidade de análise.

O conceito de pobreza foi debatido e redebato durante quase meio século. Nesse sentido, ele inclui ausência de recursos de natureza económica, social, cultural, política e ambiental.⁴⁴ Desta maneira, acaba por se confundir com o conceito de exclusão social.

O termo de exclusão social "pretende captar a posição relativa dos indivíduos dentro de uma ou mais escalas de desigualdades"⁴⁵. Mais especificamente e segundo a Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura, o termo de exclusão social designa:

Todo o processo socio-económico e cultural que não permite o acesso de indivíduos e de populações específicas ao conjunto de direitos e deveres relativos ao exercício de cidadania socialmente definidos em normas e documentos nacionais e internacionais, onde se excluem os direitos cívicos, o direito ao trabalho, à educação, à saúde e à protecção social, entre outros⁴⁶.

Na verdade, são conceitos diferentes e, por vezes, coexistem. Parafraseando o sociólogo Alfredo Bruto da Costa, pode haver pobreza sem exclusão social como acontecia com o *ancien régime*, em que os escravos eram pobres, mas encontravam-se integrados numa rede de relações de grupo ou de comunidade. Algo de semelhante pode passar-se hoje com os pobres do meio rural⁴⁷. O contrário é também válido. Atenhamo-nos então num exemplo algo extremo para ilustrar uma situação de uma pessoa excluída, mas não pobre. De acordo com a Amnistia Internacional, existem 70 países onde os homossexuais dos dois géneros são perseguidos. Em muitos destes países, são incriminados e aprisionados. Imagina-se que dentre eles existirá algum ou alguma homossexual que tenha rendimentos e bens em nível superior aos dos seus compatriotas. Teríamos assim o exemplo de uma pessoa excluída mas que não é pobre. Em contrapartida, em muitos países do Sul existem pessoas que vivem em

⁴⁴ Bureau Internacional do Trabalho, *loc. cit.*, p. 17.

⁴⁵ FERNANDES, A. T. (1991) Formas e Mecanismos de Exclusão Social, in: Sociologia, Porto, I série, Vol. I, pp. 9-66.

⁴⁶ Editorial Verbo Lisboa/São Paulo, *loc. cit.*, p. 513.

⁴⁷ COSTA, A. B. (1998) Exclusões Sociais, in: Cadernos Democráticos, nº 2, Lisboa: Gradiva, p. 19.

situações de grande carência mas que contribuem com o seu esforço para trabalhos colectivos, são ajudadas pelos familiares e vizinhos à medida que envelhecem. Constituem assim um exemplo de pessoas pobres, mas não excluídas da sua comunidade. Mas se vivem afastadas da metrópole, com recursos muitos escassos, numa economia de sobrevivência e autoconsumo, com valores próprios menosprezados pelos círculos dominantes da cidade, então podemos dizer que partilham pobreza e exclusão⁴⁸.

No contexto moçambicano, há autores que se têm debruçado sobre a exclusão social e a pobreza. Carlos Serra, sociólogo e investigador do CEA, vê em Moçambique uma sociedade civil precarizada que, no seu entender, pode ser considerada como sinónimo de pobreza e exclusão social. Ele define sociedade civil precarizada nos seguintes termos:

O conjunto dos actores excluídos dos benefícios das relações sociais vigentes em Moçambique que, através dos processos de interacção e conflito social (excluídos os que têm lugar com o Estado), produzem formas alternativas e mestiças de vida e de representação social⁴⁹.

Especificamente, Serra toma como estudo de caso as três maiores cidades do País, nomeadamente as cidades de Nampula, Beira e Maputo. Na sua análise, ele socorre-se dos mercados informais, dos transportes semi-colectivos de passageiros, das igrejas pentecostais, da mendicidade, dos apanhadores de lixo, dos hospitais psiquiátricos, dos tribunais comunitários, dos hospitais de "mil meticais" e do cancionero como palcos das manifestações de uma sociedade civil precarizada. De acordo com o autor:

A condição social dos actores da sociedade civil precarizada torna-os prisioneiros irremediáveis do duplo constrangimento: por um lado, a vulnerabilidade perante os fenómenos da natureza e a insegurança do seu modo de vida catapulta-os para a interpretação emocional e antropomórfica da vida; por outro, esta visão reforça a vulnerabilidade e a insegurança⁵⁰.

⁴⁸ Bureau Internacional do Trabalho, *loc. cit.* p. 20.

⁴⁹ SERRA, Carlos (2003) Em Cima de Uma Lâmina: um estudo sobre a sociedade civil precarizada em três cidades de Moçambique, Imprensa Universitária, UEM, Maputo, p. 2.

⁵⁰ *Ibidem*, pp. 70-71.

É isso que, segundo o autor, "permite a ambivalência das igrejas do tipo Zione ou IURD"⁵¹. Serra ilustra essa assertiva com o facto de que:

As milhares de pessoas, regra geral de origem humilde, que acorrem aos cultos esperando que Deus os ajude a libertarem-se dos flagelos que as perturbam, criam novos espaços identitários, encontram nas igrejas um sentido para vida, nelas recebem solidariedade, ou é-lhes assegurada uma recompensa celestial para os males terrenos caso creiam sem reservas em Deus. Com efeito, ao aceitarem que todos os males são obra dos "maus espíritos" ou do "diabo", os actores acabam por ver transferidas para entidades sobrehumanas a responsabilidade social na génese da miséria e violência⁵².

Serra, outra vez, produziu um artigo no qual procurava estabelecer uma relação entre a exclusão social e o paradigma de Eduardo Mondlane. De acordo com ele, o Mondlane revolucionário estava, aparentemente, longe de restringir a luta ao binómio colonizador/colonizado. O Mondlane revolucionário contrapunha-se a uma revolução que implicasse todas as formas de destruição de serviços sociais de que a população se beneficiava. Ainda segundo Serra, isso é o que explica o paradigma de Mondlane. Na sua análise, o sociólogo defende que nas condições em que o País se encontra hoje, torna-se necessário "mondlanizar" o Estado e a sociedade, ou seja, buscar uma sociedade livre da assimetria hoje galopante no País⁵³. Com a expressão "mondlanizar", o autor pretende demonstrar a necessidade de se reabilitar um Eduardo Mondlane que era, ao que tudo indica, cetário de uma revolução oposta a todas as formas de destruição de bens e serviços sociais inerentes ao Estado colonial e dos quais a população se beneficiava. Paraphraseando o autor, a revolução nunca deve, em alguma hipótese, apostar na violência dilacerante porque, de contrário, isso cria um terreno fecundo para o recrudescimento da pobreza e exclusão social.

Como já dissemos, o problema da pobreza em Moçambique tem suscitado interesse em certos organismos internacionais de tal sorte que estes nunca se furtaram da oportunidade de estudá-lo. O Relatório Nacional de Moçambique sobre o Desenvolvimento Social, de

⁵¹ A sigla IURD, uma igreja Pentecostal originária do Brasil, quer significar Igreja Universal do Reino de Deus.

⁵² SERRA, Carlos, *loc. cit.*, p. 70-71.

⁵³ *Idem*, 1999, pp. 119-125.

1995, "diagnosticou" um tipo de pobreza a que chamou de "pobreza estrutural ou crónica". Esse tipo de pobreza é derivado do fraco nível de desenvolvimento do País o qual determina uma estrutura de produção basicamente de subsistência. Essa estrutura de produção é caracterizada por uma baixa produtividade, incapacitando a população de reagir a choques externos como, por exemplo, a invasão de pragas ou de calamidades naturais. Este tipo de pobreza afecta pessoas idosas, deficientes, órfãs, sem acesso à terra, entre outras⁵⁴.

Voltemos à questão da pobreza, em particular. A perspectiva mais tradicional é aquela que a concebe em termos absolutos ou relativos, segundo um determinado nível de rendimento e/ou consumo, sendo pobres os que se encontram abaixo dessa linha. Trata-se de uma perspectiva desenvolvida pela chamada "economia do bem-estar"⁵⁵.

Nessa perspectiva situa-se a definição de pobreza adoptada em 1984 na União Europeia:

Por pobreza deve entender-se a falta de um conjunto de recursos tal que as pessoas, famílias ou categorias abrangidas tendem a estar excluídas das formas mais simples dos modos de vida, hábitos e actividades considerados normais nos seus países⁵⁶.

É feita, normalmente, uma distinção entre pobreza absoluta – ou nível de subsistência – e pobreza relativa. A noção de pobreza absoluta provém do século XIX: de acordo com Charles Booth, uma das primeiras pessoas a fazer um estudo abrangente da pobreza na Inglaterra, ela refere-se à "falta de requisitos básicos para deter uma existência fisicamente saudável – alimentação suficiente e abrigo de modo a tornar possível o funcionamento eficiente do corpo"⁵⁷. A pobreza relativa, por sua vez, definir-se-á, pelo contrário, como "a

⁵⁴ Relatório Nacional de Moçambique sobre o Desenvolvimento Social, Maputo (1995), Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social, Copenhaga, Dinamarca 6-12 de Março de 1995, pp. 14-15.

⁵⁵ *Bureau* Internacional do Trabalho, *loc. cit.*, pp. 15-16.

⁵⁶ GIROD, R. (1984) *Les Inégalités Sociales*, Paris, PUF, p. 89

⁵⁷ BOOTH C. citado por GIDDENS (1993), p. 246 in: FERREIRA et al (1995) *Sociologia*. Editora MacGraw-Hill, Portugal, p. 328.

falta de recursos considerados necessários para a manutenção de um padrão de vida considerado normal na sociedade"⁵⁸.

Por volta das décadas 60 e 70 do século passado surge no Ocidente um fenómeno ímpar a que os estudiosos chamaram de nova pobreza. Esse tipo de pobreza, que é diferente da velha pobreza estrutural, radica essencialmente nas dinâmicas do mercado de trabalho e nos processos de modernização⁵⁹. Isto é, se na velha pobreza estrutural o mercado de trabalho desempenha o papel de seu reprodutor, na nova pobreza o mercado de trabalho é simultaneamente seu produtor e reprodutor porque esta decorre da degradação do mercado de trabalho – o mercado de trabalho amplia o seu papel – o que resultará na proliferação de um desemprego prolongado e fragilização dos laços sociais⁶⁰. O desemprego prolongado é, por um lado, aberto e, por outro, oculto pela realização de novas estratégias de sobrevivência para se fazer face à esta realidade social⁶¹. Os atingidos pela nova pobreza são os desempregados de longa duração, os grupos étnicos e culturais minoritários, os toxicodependentes, os detidos e ex-reclusos e os portadores de deficiência.⁶² Contudo, não se trata de pessoas inconformistas ou inaptas para o trabalho, trata-se, sim, de pessoas com dificuldades relacionadas com os seus empregos e com os seus rendimentos⁶³.

É pegando na ideia da nova pobreza e aplicá-la ao contexto moçambicano, concretamente ao contexto do bairro de Chamanculo de uma forma muito específica que poderemos descrever o processo de empobrecimento que decorre, acreditamos, da deterioração das condições de vida. Constatamos que a abordagem da nova pobreza centra a sua análise nas dinâmicas do mercado de trabalho que somente tem relevância para o Ocidente. E como

⁵⁸ FERREIRA et al, *loc. cit.*, P. 328.

⁵⁹ Editorial Verbo Lisboa/São Paulo, *loc. cit.*, p. 514.

⁶⁰ <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/trabalho/estatisticas/0001> (extraído no dia 06/05/05).

⁶¹ *Ibidem.*

⁶² Editorial Verbo Lisboa/São Paulo, *op. cit.*, p. 514.

⁶³ *Bureau* Internacional do Trabalho, *loc. cit.*, p. 12.

tal, o desemprego prolongado é a sua consequência mais directa. Contudo, não é menos verdade que no bairro de Chamanculo o problema do desemprego também se coloque. A singularidade ou particularidade do bairro explica-se no facto de que o desemprego não é determinante para o problema que temos em mãos. O processo de empobrecimento torna a sua questão ainda mais complexa porque incorpora conjuntamente uma multiplicidade de critérios analíticos – condições de vida – para a sua análise. Esses critérios são, entre outros, o saneamento básico, o ordenamento urbano, questões ligadas à própria dignidade da pessoa, o seu estatuto e a segurança.

Por conseguinte, as pontes que se podem estabelecer entre a questão da nova pobreza e o processo de empobrecimento no Bairro de Chamanculo residem no facto de que, duma ou doutra maneira, ambos aludem para aspectos que se contrapõem às manifestações da pobreza estrutural. Noutros termos, significa que ambas procuram mostrar, a título de exemplo, que não é somente da questão do rendimento e consumo que a pobreza radica. Já não é somente do facto de as pessoas se encontrarem privadas do acesso a recursos considerados necessários para a manutenção de um padrão de vida considerado "normal" na sociedade que as pessoas são rotuladas ou etiquetadas como sendo pobres.

Em suma, o conceito de nova pobreza, ao contrário de outros conceitos de pobreza amplamente expostos acima, confere ao conceito de processo de empobrecimento a possibilidade de olhar para as manifestações da pobreza como decorrentes de factores ou causas específicos, isto é, que não têm nada a ver com a falta de acesso à recursos como educação, saúde e alimentação, por exemplo. O processo de empobrecimento pode somente resultar, como já dissemos, da deterioração das condições de vida das pessoas e da degradação do meio em que vivem. A análise dos depoimentos dos entrevistados bem como da informação colectada a partir de outras técnicas de recolha de informação que na secção seguinte será feita visará testar este último aspecto, portanto, a hipótese.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Análise e interpretação da informação

Quando avançamos para o trabalho de campo fizemo-lo na companhia da nossa questão de partida. Fizemo-lo também, e sobretudo, com a finalidade de testar a nossa hipótese de trabalho, isto é, confirmar ou infirmar aquilo que suspeitamos. A nossa questão de partida consiste em saber se é possível perceber a pobreza no bairro de Chamanculo como um processo gradual de deterioração das condições de vida. A nossa hipótese, que é uma resposta tentativa à nossa questão de partida, avança com a assunção de que a pobreza pode resultar da progressiva deterioração das condições de vida do meio em que as pessoas vivem.

Entretanto, o desafio que se nos colocou pela frente consistiu em saber de que maneira apreenderíamos os dados de que necessitávamos para o teste daquilo que subjaz a nossa hipótese. Como tal, seleccionámos certos critérios analíticos para o efeito. A literatura sociológica, em particular, considera alguns desses critérios como condições de vida tidas como básicas para a manutenção de um padrão de vida considerado "normal" na sociedade. E para a sua análise considera-se um limiar ou linha de pobreza, em que os que estão abaixo dessa linha ou limiar são considerados pobres. Para a nossa análise, essas condições de vida compreendem o abrigo ou habitação – incluindo o acesso à água potável e à electricidade –, a alimentação, o ordenamento urbano, o saneamento básico, os aspectos ligados à própria dignidade da pessoa, o estatuto da pessoa na comunidade, a segurança. Porém, na análise dessas condições de vida, no lugar de estabelecermos um limiar de pobreza, iremos descrevê-las e interpretá-las em conformidade com a maneira como se deterioraram, acreditamos, ao longo dos últimos anos; entre o período colonial e os nossos dias.

Chegada a fase em que procedemos à análise e interpretação da informação recolhida ao longo da investigação empírica ou trabalho de campo, fizemo-la em função da nossa questão de partida e da nossa hipótese. O trabalho de campo compreendeu três técnicas de recolha de informação, nomeadamente a entrevista semi-estruturada, a observação directa e o passeio transversal. A aplicação dessas técnicas no campo decorreu entre os dias 6 e 8 de Outubro de 2005. Foram entrevistadas ao todo um total de dez famílias, cujos informantes foram os seus respectivos "chefes". Dentre eles, seis eram do sexo masculino e os restantes quatro do sexo feminino. A idade máxima dos inquiridos é de 85 anos e a mínima é de 48 anos. As entrevistas foram administradas entre os dias 6 e 7 de Outubro de 2005 nas respectivas residências. O passeio transversal foi efectuado numa das principais ruas do bairro, nomeadamente a rua Dr. Lacerda de Almeida, no dia 8 de Outubro de 2005. Para o efeito, socorremo-nos da ajuda dum ancião, de 81 anos de idade, residente e influente no bairro – porque em tempos foi dignitário de um notável régulo, já falecido⁶⁴ – tendo-nos prestado preciosas informações atinentes à trajectória histórica de tudo o que compõe as cercanias da rua em causa. A observação directa, que se baseou numa grelha de observação composta pelo critério habitacional bem como no do ordenamento urbano, serviu para fazer a caracterização das condições de vida dos entrevistados ao mesmo tempo que íamos procedendo à administração das entrevistas.

A informação que nos foi prestada não é homogénea. Naturalmente. Ela impeliu-nos a que criássemos categorias analíticas para a sua melhor análise e compreensão. Essas categorias compreendem a dualidade sexo e idade. Ou seja, os depoimentos dos nossos informantes obedeciam na sua essência ao princípio ou lógica de sexo e idade cujas razões veremos mais adiante. Em termos de idade, os que têm 60 anos ou mais são incluídos na categoria dos velhos e os que estão abaixo dos 60 anos são incluídos na categoria dos jovens. Quase todos os entrevistados residem no bairro desde que nasceram à excepção de um entrevistado, de 78 anos de idade, natural de Catembe⁶⁵, residente no bairro desde

⁶⁴ Esse notável régulo já falecido, cujo nome é Frederico de Almeida, foi o chefe tradicional do regulado do grupo de povoações de Chamanculo durante os derradeiros anos do período colonial.

⁶⁵ Localidade da província de Maputo.

1954. Analisemos, agora, a informação colectada mediante as condições de vida que foram seleccionadas para o efeito.

Alimentação

"Nós nunca comíamos o pão de ontem", dizia uma das entrevistadas, de 77 anos de idade, sustentando essa declaração com o facto de que, no período colonial, gozavam de um crédito de abastecimento nas lojas pertencentes a comerciantes colonos. "Mas hoje" – acrescenta ela – "a vida está muito difícil; o custo de vida é muito elevado e até para comer é muito difícil". Um outro entrevistado, de 66 anos de idade, dizia que "as pessoas eram estimuladas pelos comerciantes para que comprassem aquilo que precisavam (...) a confiança que era depositada nos clientes não tinha nada a ver com afinidades (...) não havia 'dumba-nengues'⁶⁶ onde as condições de higiene são péssimas (...) a alimentação era boa e a carne era barata". Um outro entrevistado ainda, de 48 anos de idade, fugia um pouco dessa tendência. Nas suas próprias palavras, dizia ele que "no tempo colonial havia problemas financeiros para custear as despesas da (...) alimentação. Hoje a vida é muito diferente e apesar de tudo continua difícil (...) mas não sou pobre porque consigo comer e beber". No entanto, tomando em consideração as faixas etárias dos entrevistados, nota-se uma certa descontinuidade em termos de percepções das suas próprias vivências em relação à sua qualidade de vida há algumas décadas até hoje. Em linhas gerais, os velhos afirmam com certa unanimidade que, em termos de acesso a bens alimentares, havia melhores condições no passado, durante a era colonial, do que nos dias correntes. Em primeiro lugar, queixam-se, hoje em dia, do facto de não se beneficiarem de facilidades em termos de crédito de abastecimento alimentar de que usufruíam no passado, nas lojas. Em segundo, queixam-se do problema da desvalorização da moeda que encarece o custo

⁶⁶ O termo "dumba-nengue" serve para designar um tipo de mercado informal. É um termo usado no sul de Moçambique, concretamente da cidade de Maputo cuja existência enquadra-se no contexto do seu surgimento, ou seja, numa altura em que o País esteve "imerso" em profundas transformações económicas, políticas e ideológicas. O surgimento dos "dumba-nengues" está associado à implementação dos PRE(S) e de uma economia de mercado. Traduzido de Tsonga para a língua portuguesa o termo quer significar qualquer coisa como "confiar no pé". Isto é, os praticantes deste tipo de comércio informal estavam, na altura, antes da sua legalização, sob constante ameaça de repressão das autoridades policiais – desde as cacetadas até à confiscação dos bens comercializados. E como tal, deviam estar prontos para encetarem a fuga assim que a polícia acorresse aos locais onde os praticantes se encontravam.

de vida e o poder de compra porque, segundo um dos entrevistados, "se hoje 1 escudo não vale nada, no passado dava até para comprar comida para todo o mês (...) hoje existe muita coisa mas não há dinheiro; aqueles que têm dinheiro podem ter tudo o que querem". Por último, a base alimentar não era somente assegurada pelo trabalho assalariado porque muitas famílias tinham à volta das suas residências pequenas plantações de géneros alimentares para a sua subsistência como sejam as de abóbora, de amendoim, de feijão e de algumas verduras que ora perfaziam a dieta alimentar. Os jovens, por outro lado, afirmaram, grosso modo, que a sua situação é no cômputo geral estacionária. Mas, não deixaram de frisar que nalguns aspectos houve melhorias como, por exemplo, a "diversidade de produtos alimentares de que o mercado dispõe hoje em dia, apesar de que isso não alterou em nada a minha vida", como diria uma das entrevistadas, de 49 anos de idade. Em suma, quer os velhos quer os jovens afirmam que o acesso a bens alimentares é, de facto, difícil dados os condicionalismos de ordem financeira que os abalam hoje em dia.

Abrigo (ou habitação)

Os mais velhos, sobretudo os do sexo masculino, avançam com um argumento sobre o acesso à habitação que pode ser percebido através das declarações de um dos entrevistados, de 78 anos, quando afirma que:

Antigamente não era comum ver por aí obras não concluídas como acontece hoje porque havia uma espécie de crédito de fomento para habitação e nem era necessário existir uma instituição que se encarregasse disso (...) tudo dependia da mútua confiança entre o credor e o devedor. Eu construí a minha casa nesses moldes sem precisar de pagar as despesas do material de construção no sistema de "aqui e agora ou nada feito" (...) deram-me tempo até que o fizesse (...) e acima de tudo o material de construção era barato (...) por outro lado, não havia tantas casas como acontece hoje em dia e talvez seja por isso que se torna bastante difícil para o Estado, em particular, responder à demanda que se assiste por causa do superpovoamento.

Depoimentos desta natureza impelem-nos à ideia de que há algumas décadas havia muitas facilidades no acesso à habitação dadas as razões que foram articuladas pelo entrevistado acima destacado. Ao que tudo indica, as pessoas não precisavam de recorrer a

empréstimos bancários embora esse recurso existisse. A confiança mútua, a solidariedade e os laços sócioespaciais de vida em comunidade eram, ao que tudo indica, determinantes nas relações sociais.

Como aferimos anteriormente, tivemos o cuidado de seleccionar tanto as residências de madeira e zinco assim como as de alvenaria. A partir dos dados da observação directa existem determinados aspectos que hoje caracterizam essas residências a ter em conta. As de madeira e zinco – e, por vezes, com compartimentos de cimento no seu interior – apresentam-se com as chapas de zinco cada vez mais enferrujadas. Os barrotes de madeira que atravessam as chapas de zinco, quer por dentro quer por fora da residência, encontram-se em avançado estado de deterioração – ou desagregação. Por um lado, isso é consequência da penetração das águas de chuva e, por outro, pela sua antiguidade. No lugar dos vidros de certas janelas há pequenas tábuas improvisadas em sua substituição para não falar da degradação que caracteriza os aros das janelas. Os quintais das respectivas residências que são, algumas vezes, construídas à base de madeira e zinco estão em degradação podendo-se enxergar o seu interior que constitui o palco dos afazeres do dia-a-dia das famílias. As respectivas casas-de-banho encontram-se, geralmente, fora da casa principal e muitas delas foram construídas de tal sorte que, até certo ponto, exteriorizam a privacidade e a intimidade das pessoas que delas se usam dada a sua precariedade. Isso para não falarmos da insalubridade que as caracterizam – amiúde, escorrem pela via pública águas e detritos humanos provenientes dessas casas-de-banho. As de alvenaria, por seu turno, apresentam-se normalmente com pintura gasta sobre as paredes, crateras sobre o soalho, rachas nas paredes e furos no telhado – geralmente telhado construído à base de chapas de zinco sendo, por baixo, atravessado por barrotes de madeira para a sua sustentação. Tal situação permite a penetração das águas de chuva e uma das formas de contornar esse problema tem sido a recorrência a pedras, ao alcatrão, a lonas de algodão. Por conseguinte, o acesso à electricidade e à água, sobretudo à água canalizada, constitui aparentemente um problema menor. Quase todos os entrevistados reconhecem que o acesso a esses serviços melhorou substancialmente nas últimas décadas até esta parte, ou seja, mais gente se beneficia deles do que nunca. Antigamente, o acesso à água, em particular, era um pouco deficiente porque ela era adquirida em fontenários

públicos e poucas vezes em torneiras privadas. Hoje, de facto, a situação melhorou. Mas a questão de fundo não é bem essa. A verdade, entretanto, é que nas condições em que a comunidade do bairro se encontra hoje – sobretudo os que se encontram a viver há mais tempo – a questão do acesso a esses serviços sociais, pelo contrário, torna-se um problema numa outra perspectiva. É um problema que obedece à lógica de desigualdades sociais, porém não no seu acesso. O acesso a esses serviços é uma realidade que caracteriza a vida dos nossos entrevistados. Por seu turno, o acesso a esses serviços torna-se um problema que obedece à lógica de desigualdades na perspectiva de manter esse mesmo acesso a tempo inteiro. Ou seja, os nossos entrevistados revelaram ter muitas dificuldades em manter o acesso a esses serviços a tempo inteiro dados os condicionalismos de ordem financeira. Assim, os sucessivos cortes e restabelecimentos do fornecimento desses serviços têm sido recorrentes. Não é por acaso que uma das entrevistadas, de 77 anos de idade, queixou-se da “falta de misericórdia” dos funcionários dos serviços de água e electricidade quando estes procedem ao corte do fornecimento destes serviços uma vez expirado o prazo de pagamento das respectivas mensalidades. “Nem sempre temos dinheiro a tempo e hora e eles deviam ponderar isso (...) quando há cortes somos obrigados a ficar tantos dias sem água ou sem luz até conseguirmos arranjar dinheiro (...) por vezes levamos meses ou anos até que as condições melhorem para tornarmos a ter água e luz, sobretudo luz”, acrescentou ela.

Saneamento básico

Quase todos os entrevistados revelaram que até certa altura, no período colonial, havia relação entre o saneamento e a origem étnica das pessoas. As pessoas pertencentes ao grupo étnico dos machopes, por exemplo, encarregavam-se da limpeza e remoção dos detritos humanos nas residências. Segundo os entrevistados, faziam-no por meio de baldes, sacos e pás durante à noite, que era considerada a altura ideal dada a tranquilidade que a caracterizava. Acrescentaram ainda que não se produzia tantos resíduos sólidos como se produz hoje porque o bairro não era tão habitado como é hoje. Uma das entrevistadas, de 60 anos de idade, avançou que “há poucos anos o contentor de lixo que o Concelho Municipal nos tinha disponibilizado desapareceu em situações estranhas (...)

isso obriga-nos a permanecermos muitos dias com o lixo em casa". Um outro entrevistado, de 63 anos de idade, disse-nos que "frequentemente tem passado um carro que vem recolher lixo e isso já é bom (...) temos que reconhecer que, fora os mercados, a questão do lixo está minimizada hoje". Nessa ordem de ideias, há que referir que a questão da recolha e tratamento de resíduos sólidos não é de todo um problema preocupante para os nossos entrevistados. Isto é, quer no passado quer no presente, essa questão sempre foi um problema para o qual sempre houve solução. Se a questão da recolha e tratamento de resíduos sólidos sempre foi um problema solucionável para a comunidade do bairro, não é menos verdade que há outros problemas que não o são, nomeadamente a questão das águas paradas – poças de água. Na realidade, quer chova quer não, elas sempre existem, em maior ou em menor quantidade. Segundo os dados da observação directa, se nalguns casos não são produto das águas de chuva são, desta feita, produto de águas que escorrem dos quintais das residências, sobretudo das respectivas casas-de-banho. São igualmente produto de tubos de canalização de água furados, de águas usadas a nível doméstico e entornadas nas vias públicas pelos residentes. Ademais, as cheias que assolaram o sul de Moçambique em princípios de 2000 foram determinantes no problema de longa prevalência de águas paradas que ocorre nos dias correntes, segundo a maior parte dos entrevistados. A saturação dos solos provocada pela constante incidência da queda das águas das chuvas durante as cheias desembocou na incapacidade dos solos em absorver rapidamente as águas paradas. Assim, prevalece o risco que as doenças provocadas pela insalubridade representam para a saúde da comunidade. Passamos a apresentar alguns dados recolhidos no Hospital Geral de Chamanculo que ilustram a proliferação de doenças provocadas pela insalubridade nos meses de Janeiro de 2002, 2003, 2004 e 2005. As principais doenças são as diarreias, a malária e a disenteria. Tomemos o exemplo das diarreias. Se em Janeiro de 2002, foi identificada uma média semanal de 160 casos de diarreias entre crianças dos 0 aos 4 anos de idade, em Janeiro do ano seguinte foi identificada uma média semanal de 173,8 casos. Em Janeiro de 2004 e 2005 foi identificada uma média semanal de 189,4 e 192,1 casos de diarreias, respectivamente. O mesmo aconteceu para as faixas etárias superiores – dos 5 aos 14 e

dos 15 em diante – embora com médias tendencialmente inferiores comparativamente a faixa dos 0 e 4 anos de idade⁶⁷.

Ordenamento urbano

A maior parte dos entrevistados pertencentes à categoria dos mais velhos adiantaram que o bairro de Chamanculo não era tão habitado como é hoje. Segundo eles, as residências estavam muito afastadas umas das outras e o espaço que circundava as residências era preenchido por pequenas plantações para a subsistência das famílias. Na sua opinião, o que mais motivou o actual problema de ordenamento urbano foi a guerra porque em finais da década de 80 do século passado começou a registar-se uma imigração massiva de pessoas oriundas dos vários pontos do País, sobretudo do sul. O actual problema do superpovoamento e a conseqüente estrutura do bairro levou com que nos confrontássemos com declarações do tipo “assim como as coisas estão vale mais falar de desordenamento urbano do que em ordenamento urbano”. Essa declaração é da autoria de um outro entrevistado, de 64 anos de idade, quando lhe questionávamos sobre como é a vida hoje no bairro. No caderno Estudos Moçambicanos nº 2, de 1987, há um artigo da autoria de Aniceto dos Muchangos que descreve sucintamente as características dos bairros suburbanos sendo que o bairro de Chamanculo não foge à regra. Segundo o artigo, nos dias que correm estamos em presença de um bairro caracterizado por uma notável ausência de ordenamento urbano, por uma distribuição irregular da população e por uma estrutura difusa que complica ainda mais a identificação das formas de ocupação do espaço⁶⁸. Esta ideia foi corroborada pelas declarações dos nossos informantes enquanto aplicávamos o nosso passeio transversal. Um entrevistado, de 78 anos de idade, colocou a responsabilidade nos ombros da administração colonial porque, a seu ver, devia ter tomado medidas de modo que houvesse o parcelamento das ruas. Segundo ele, “é por isso que as casas encontram-se desordenadas, uma viradas para aqui e outras para acolá, para além de que encontram-se muito próximas umas das outras (...) há também muitos becos e

⁶⁷ Esses dados foram obtidos junto a secretaria do Hospital Geral de Chamanculo no dia 17 de Novembro de 2005. Esses dados estão contidos num ficheiro denominado “Registo Epidemiológico Semanal”.

⁶⁸ DOS MUCHANGOS, Aniceto, *loc. cit.*, p. 132.

a maior parte deles são muito estreitos". Um outro entrevistado, de 48 anos de idade, chamou a necessidade de se proceder ao parcelamento das ruas no bairro e chegou mesmo a propor a destruição de algumas residências de modo que se crie um espaço favorável para a livre circulação de pessoas e bens. De tudo o que nos foi facultado em relação à questão do ordenamento urbano e também com base nos dados da observação directa há duas considerações a tecer: por um lado, a ausência de um ordenamento urbano dificulta a intervenção dos serviços de socorro público como sejam a polícia e os corpos de salvação pública – os bombeiros e as ambulâncias – em caso de incêndios ou de delitos. Por outro lado, torna-se oneroso em termos de distância a percorrer quando o objectivo das pessoas consiste em acorrer aos hospitais, aos mercados, às paragens semi-colectivo de passageiros.

Segurança

Quando os entrevistados falavam sobre segurança associavam-na à questão da criminalidade. Estar seguro, ao que tudo indica, significa prevenção ao crime. Nessa ordem de ideias, quase todos os entrevistados aferiram que estavam mais seguros antigamente apesar do "chamboco"⁶⁹, por exemplo. Segundo um entrevistado nosso, de 48 anos de idade, "na altura havia muita criminalidade mas era diferente da de hoje (...) hoje perde-se a vida por nada porque os criminosos não têm compaixão nem respeito pela vida".

Hoje em dia, na opinião de todos os entrevistados, o maior problema que afecta o bairro é a criminalidade. Segundo uma das entrevistadas, de 60 anos de idade, "muita coisa mudou e para o pior como é o caso da criminalidade (...) a vizinhança teme em acudir os que estão em apuros, principalmente à noite senão a coisa sobra para o seu lado (...) há também os arrombamentos às residências, quer de dia quer de noite". Ela reprovou ainda a actuação da polícia comunitária ao afirmar que "é corrupta, não age dentro da lei e ainda

⁶⁹ O termo "chamboco" é sinónimo de cacete e era, na era colonial, usado para repreender os reaccionários ou os prevaricadores do sistema colonial.

por cima promove o crime". Um outro entrevistado, de 56 anos de idade, confessou que quando circula pelas vias públicas, quer seja de noite quer de dia, "as pessoas olhavam-se umas às outras com desconfiança, com ar ameaçador (...) o crime, neste caso os assaltos em plena via pública, estão sempre iminentes". Voltemos à questão dos arrombamentos às residências. Ao que tudo indica, e segundo os dados da observação directa, é um facto real. Uma das formas, senão a principal, de se evitar a possibilidade de arrombamento são as iniciativas de gradeamento das residências.

Todavia, a questão da segurança não se cinge somente a criminalidade. A estrutura do bairro em si promove a insegurança na medida em que constitui um terreno fértil para a contracção de ferimentos, de infecções. De que maneira? Existe o constante risco que os quintais mal construídos ou degradados representam para a saúde dos residentes, principalmente durante as noites onde a visibilidade é precária dada a escassez de iluminação pública. Esses quintais são normalmente construídos à base de chapas de zinco antigas e enferrujadas e estão mal dispostas, ou seja, em desalinho chegando mesmo a invadir o espaço reservado às vias públicas. A par desse problema, existe também o problema da existência abundante de objectos cortantes espalhados pela superfície do solo. Esses objectos compreendem garrafas partidas, pregos enferrujados, lâminas usadas e representam um potencial risco mormente para crianças.

Estatuto e aspectos ligados à própria dignidade da pessoa

Uma das questões centrais que estão patentes no guião prévio de recolha de informação é "considera-se rico?" ao que, por exemplo, um dos entrevistados, de 54 anos de idade, respondeu negativamente. Quando lhe foi colocada a questão "considera-se pobre?" ele respondeu que era "um indivíduo da classe média". Para ele, pertencer à "classe média" significa dispor de meios mínimos para a sobrevivência, ou seja, ter onde dormir e o suficiente para comer e vestir. Portanto, "é não ser pobre e nem rico". Mas este raciocínio não é o mais importante para aquilo que queremos tratar nesta secção porque não é do nosso interesse saber quem é rico ou quem é pobre segundo aquilo que os entrevistados disseram. O mais importante, a nosso ver, foi a tendência que a maior parte dos

entrevistados teve em rejeitar a possibilidade de se considerar "pobres". Ademais, a nossa intenção não consiste em atribuí-los o rótulo de pobres. E nem o devemos fazer. O que nos inquietou foi constatar o contraste entre a qualidade de vida dos nossos entrevistados e a preocupação em manter ares de afluência que são, muitas vezes, decorrentes do seu estatuto na comunidade bem como de determinados aspectos ligados à própria dignidade da pessoa. Quando nos ativemos ao estatuto, verificámos que parte considerável do universo dos entrevistados pertenceu à classe dos assimilados do período colonial, aquela camada populacional local que gozava sobretudo do direito de cidadania portuguesa⁷⁰. Quanto aos aspectos ligados à própria dignidade da pessoa, é de referir que atribui-se uma certa consideração à origem étnica, à confissão religiosa e ao grau de escolaridade. Os entrevistados pertencentes ao grupo étnico dos Ronga tendem a sobrevalorizar essa condição no seio da comunidade do bairro vincando a autenticidade em termos originalidade territorial, ou seja, consideram-se originários da província e cidade de Maputo, por excelência. Ao assumirem essa postura acabam por rejeitar qualquer possibilidade de se terem tornado pobres, não obstante a evidência das condições materiais objectivas tenderem a demonstrar o contrário. Os entrevistados que pertencem às famílias com uma certa influência religiosa – famílias de pastores ou dignitários desses pastores – tendem a relevar essa condição e garantir respeitabilidade no seio da comunidade exactamente por causa dessa condição. Por último, os entrevistados com grau de escolaridade igual ou superior à 4ª classe do sistema de educação vigente no período colonial tendem a relevar esse aspecto como algo que lhes confere erudição, idoneidade e integridade.

Em síntese há algumas considerações a tecer. Mais que a questão de género, a questão da idade jogou um papel fundamental na maneira como os entrevistados arrolaram os seus depoimentos. Enquanto os velhos são cetários de um discurso que confere deméritos a tudo

⁷⁰ Parte considerável dos entrevistados revelou que pertencia à classe dos assimilados no período colonial. Segundo eles, uma vez que o assimilado gozava do direito de cidadania portuguesa, isso implicava, entre muitas outras coisas, frequentar os mesmos lugares que os cidadãos portugueses de raça branca – ou colonos. Dessa forma, o assimilado acabava por ser diferente daqueles que somente gozavam do estatuto do "indigenato" – nome concebido pelos colonos num sentido pejorativo. Estes viviam privados de muitos direitos de que gozavam os assimilados e, portanto, pertenciam à plebe ou escumalha.

aquilo que aconteceu nas últimas décadas até esta parte, os jovens são cetários de um discurso que se confunde, em certa medida, com o discurso oficial que normalmente enfatiza as grandes realizações, os méritos, as grandes mudanças, e por aí fora. Isto é, enquanto os velhos avançam com dizeres do tipo "hoje a vida está muito difícil", "há muita criminalidade", "não há emprego para a juventude", os jovens avançam com dizeres do tipo "apesar de tudo, há mais escolas, há mais hospitais", "há mais liberdade do que antigamente", "há mais estradas e pontes". Portanto, esta observação confirma que há percepções diferentes entre os velhos e os jovens no concernente a qualidade de vida que caracterizou o período colonial e a que caracterizou o período pós-colonial. Contudo, o teste na nossa hipótese será feito sobretudo a partir da análise das condições materiais objectivas. Ou seja, essa análise será feita consoante a constatação das condições de vida que foram acima descritas como, por exemplo, abrigo, alimentação e segurança, ao longo dos últimos anos até esta parte. Durante o trabalho de campo foram aplicadas três técnicas de recolha de informação, nomeadamente a entrevista, a observação directa e o passeio transversal. A aplicação dessas técnicas permitiu-nos apreender empiricamente a informação de que necessitávamos para o teste da hipótese. No entanto, foi possível perceber com certa clareza que as actuais condições de vida da nossa unidade de análise já não são as mesmas que caracterizaram o seu passado recente. Para ser mais directo, essas condições de vida deterioraram-se gradualmente com o passar dos anos. As residências, por exemplo, quer de alvenaria quer de madeira e zinco, encontram-se actualmente num avançado estado de degradação. Isto é, o material de que foram construídas deteriorou-se aparentemente sem que nenhuma acção com vista a travar esse processo de deterioração se engendrasse. Um outro exemplo prende-se com a questão da segurança. As iniciativas de gradeamento das residências representam uma forma de tomada de medidas de precaução face à possibilidade de invasão pelos ladrões. O fenómeno dos gradeamentos é muito recente e é sintomática da cada vez mais precária segurança da comunidade do bairro em estudo. Um outro exemplo ainda prende-se com a questão do saneamento básico. Actualmente, é frequente a existência de poças de água espalhadas pelo solo do bairro. São poças de águas que permanecem muito tempo dadas as dificuldades de escoamento dessas águas. Daí o prevalecente risco que as doenças relacionadas com a insalubridade – malária e cólera, por exemplo – representam para a saúde da comunidade.

Voltemos à questão de partida e à hipótese. Pretendíamos compreender até que ponto a pobreza pode resultar da gradual deterioração das condições de vida e, provisoriamente, respondemos afirmativamente a essa questão, construindo, dessa forma, a nossa hipótese. Ou seja, a pobreza no bairro de Chamanculo pode resultar da deterioração das condições de vida do meio em que as pessoas vivem. Mas essa deterioração das condições de vida pode conduzir a um novo tipo de pobreza, nomeadamente o empobrecimento de gente que outrora não era tida como pobre. Para testar essa hipótese estabelecemos balizas de tempo que faziam uma *interface* entre o período colonial e o período pós-colonial. Portanto, partindo dos aspectos que demonstram a deterioração das condições de vida e que foram arrolados acima, a nossa hipótese é passível de confirmação. Em outras palavras, significa que a camada populacional dos que vivem no bairro há mais tempo, ou que outrora não era tida como pobre, passou por um processo de empobrecimento em virtude da degradação do meio em que vivem. No capítulo que segue, tiraremos as conclusões de todo o trabalho.

5. CONCLUSÕES

Nesta secção faremos a conclusão de todo o trabalho. Genericamente, segundo os dados do trabalho de arquivo e os depoimentos dos nossos entrevistados e as outras técnicas de recolha de informação adjacentes apercebemo-nos, de facto, que a qualidade de vida de que eles gozavam anteriormente não é a mesma de que têm gozado nos últimos anos. Essa é a primeira observação e tem, por sua vez, duas implicações. A primeira refere-se ao significado que essa observação pode trazer para a pesquisa em ciências sociais. Se há disparidades entre a qualidade de vida das pessoas no passado e a sua qualidade de vida no presente, tal aspecto confere às ciências sociais a possibilidade de pesquisar fenómenos sociais numa perspectiva processual. Ou seja, existe a possibilidade de se apreender as graduais manifestações desses fenómenos ao longo do tempo e, porventura, estabelecer comparações. A segunda implicação tem a ver com a intervenção política. Neste contexto, a tomada de decisões ou formulação de políticas deve, em princípio, olhar para evolução dos problemas a serem solucionados, ao longo do tempo. Nesse processo, urge olhar para o passado e para o presente numa perspectiva comparativa e daí tirar as devidas ilações.

A segunda observação é que as condições de vida que caracterizam a qualidade de vida dos entrevistados deterioraram-se com o passar dos anos ou décadas. Até aqui não há nada de novo. A novidade, porém, consiste no facto de que a progressiva deterioração dessas condições de vida levou ao surgimento de um novo tipo de pobreza, nomeadamente o empobrecimento de gente que outrora não era tida como pobre. Isto quer, noutras palavras, significar que a nossa hipótese é passível de confirmação com base nos dados da investigação empírica. Ou seja, a camada populacional dos que vivem no bairro de Chamanculo há mais tempo empobreceu de forma gradual em virtude da degradação do meio em que vivem. Assim, na consideração da pobreza em Moçambique é imperioso incluir esta categoria de pobre. Pode ser o equivalente da nova pobreza na Europa, por exemplo. Vimos que a nova pobreza assim como o processo de empobrecimento contrapõem-se às manifestações da velha pobreza estrutural visto que não radicam exclusivamente na falta ou escassez de recursos básicos para se ter uma vida "normal". Se

o conceito de nova pobreza faz alusão ou encontra a sua causa nas dinâmicas do mercado de trabalho, o processo de empobrecimento resulta, por sua vez, da progressiva deterioração das condições de vida do meio em que as pessoas vivem. Trata-se, portanto, de novas causas da pobreza que se afastam das causas da velha pobreza estrutural.

Há outros três pontos que consolidam tudo o que dissemos nesta secção até esta parte. Primeiro, apercebemo-nos que os depoimentos prestados obedeceram, sobretudo, à lógica da idade do entrevistado. O discurso dos velhos é aquele que melhor se enquadra naquilo que suspeitávamos por uma razão muito simples: o facto de as suas vivências e experiências nos terem possibilitado apreender claramente a trajectória histórica e sociológica do bairro nas últimas décadas. Isto coincide com as balizas de tempo que estabelecemos para o estudo do nosso objecto. O discurso dos jovens que se confunde com o discurso oficial do período pós-independência vem, por sua vez, somente a confirmar a sua condição: que a leitura das suas vivências e experiências somente pode se feita à luz do período que realmente mais viveram e melhor conhecem: o período pós-colonial. O segundo ponto a ter em conta é de que efectivamente o processo de empobrecimento no qual os nossos entrevistados estão "imersos" pode ser apreendido em função de indicadores como a "incapacidade de as pessoas deterem um modo de vida adequado" e a "incapacidade de as pessoas fazerem face à progressão desse processo"⁷¹. Os dados da observação directa, mormente na descrição das condições de vida como habitação, segurança e saneamento básico consubstanciaram esse facto. O terceiro e último ponto a ter em conta é que face à progressiva deterioração das condições de vida que sujeita a nossa unidade de análise ao processo de empobrecimento somente uma das condições de vida é que, segundo os depoimentos, merece prioridade ou atenção especial em detrimento das restantes outras: a alimentação. Obviamente que se trata da mais importante de todas as necessidades humanas consideradas básicas. A particularidade, porém, é que ela apresenta outros dois aspectos. O primeiro é que, apesar de tudo, o número de refeições por dia tem sido para algumas famílias inferior a três – quando muito

⁷¹ Vide o subcapítulo da conceptualização, no capítulo do enquadramento teórico-conceptual para melhor compreensão da maneira como esses indicadores foram criados.

duas refeições por dia – para não falar da sua cada vez mais precarizada qualidade. O segundo é que, sendo assim, torna-se ainda mais difícil a satisfação de outras necessidades básicas ou condições de vida dados os imperativos de ordem financeira sobejamente repisados pelos entrevistados ao longo das entrevistas. Aliás, só para comparar, nos estudos sobre a pobreza salienta-se muito a questão da alimentação: os pobres costumam gastar mais com a alimentação do que com outras coisas.

Ademais, quando efectuámos a apresentação do tema, a contextualização e a revisão da literatura apresentámos diversas abordagens, dimensões e definições de pobreza – como por exemplo, o conceito de pobreza absoluta, relativa, humana, conjuntural, nova pobreza – que, no nosso ponto de vista, concorrem para o seu enriquecimento e alargamento. E nesse sentido, propusemos mais um novo tipo de pobreza, nomeadamente o processo de empobrecimento. Vimos que o processo de empobrecimento como o próprio nome sugere deve ser visto numa perspectiva processual em virtude da progressiva degradação das condições de vida das pessoas. Isso contrapõe-se, em certa medida, à maneira como os outros tipos de pobreza são normalmente conceptualizados. Isto é, segundo o estabelecimento de um limiar de pobreza, quer, por exemplo, em termos monetários quer em termos de satisfação de necessidades caloríficas, são considerados pobres os que se encontram abaixo desse limiar. Com efeito, esses critérios de base que edificam o conceito de processo de empobrecimento foram reforçados com os dados da investigação empírica, mormente a partir daquilo que as pessoas disseram. E, mais uma vez, esse ponto entra em dissonância com a maneira habitual na qual são definidos ou conceptualizados outros tipos de pobreza. As pessoas não estão totalmente privadas do acesso a recursos de que necessitam para “fazerem a vida” normalmente; estão, sim, privadas da possibilidade de manterem consigo parte desses recursos – ou condições de vida – para usufruírem de uma qualidade vida socialmente condigna. Em momento algum os entrevistados identificaram-se como sendo pobres. Afirmaram, isso sim, que estão a debater-se com sérias dificuldades que os podem tornar pobres um dia, de tal sorte que afirmamos que, no lugar serem considerados pobres, estão a empobrecer. Se, por exemplo, a pobreza absoluta, segundo Charles Booth, refere-se à “falta de requisitos básicos para deter uma existência

fisicamente saudável – alimentação suficiente e abrigo de modo a tornar possível o funcionamento eficiente do corpo"⁷² , o empobrecimento das pessoas não centra sua análise na "falta de requisitos básicos" mas sim na "progressiva deterioração das condições de vida".

⁷² FERREIRA et al, *loc. cit.* p. 328.

BIBLIOGRAFIA

A Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal. *Experiências do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza.* Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.

CASTEL-BRANCO, Carlos N. (1994) Problemas Estruturais de Industrialização: A Indústria Transformadora, in: Moçambique, Perspectivas Económicas, Livraria Universitária, UEM.

COSTA, A. B. (1998) Exclusões Sociais, in: Cadernos Democráticos, nº 2, Lisboa: Gradiva.

DOS MUCHANGOS, Aniceto, Traços Gerais da Cidade de Maputo in: Arquivo: Boletim do Arquivo Histórico da Universidade Eduardo Mondlane, nº 2, Outubro de 1987.

DURKHEIM, Émile (1995) Da Divisão do Trabalho Social, Martins Fontes, São Paulo.

Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura (1999), Editorial Verbo Lisboa/São Paulo, Edição Século XXI.

FERNANDES, A. T. (1991) Formas e Mecanismos de Exclusão Social, in: Sociologia, Porto, I série, Vol. I.

FERREIRA et al (1995) Sociologia. Editora MacGraw-Hill, Portugal.

GIDDENS, A. (2000) Sociologia, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

GIROD, R. (1984) Les Inégalités Sociales, Paris, PUF.

MACAMO, Elísio (2004) A Leitura Sociológica: Um Manual Introdutório, Imprensa Universitária, UEM, Maputo.

Panorama de Luta Contra a Exclusão Social. Conceitos e Estratégias. Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.

Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005) (PARPA): documento de estratégia e plano para a redução da pobreza e promoção do crescimento económico, MPF, GDM, República de Moçambique.

QUIVY, R., CAMPENHOUDT, L. V. (1995) Manual de Investigação em Ciências Sociais, Gradiva, Lisboa.

Relatório Anual da Pobreza (RAP) 2004, G20, Maputo, Moçambique.

Relatório Nacional de Moçambique sobre o Desenvolvimento Social, Maputo (1995), Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social, Copenhaga, Dinamarca 6-12 de Março de 1995.

RITA-FERREIRA, A. Os Africanos de Lourenço Marques in: Memórias do Instituto de Investigação de Moçambique, 1967-68, Vol. 9, Série C, Lourenço Marques.

SERRA, Carlos (1999) Exclusão Social e Paradigma de Mondlane in: Estudos Moçambicanos nº 16, CEA, UEM, pp. 119-125.

SERRA, Carlos (2003) Em Cima de Uma Lâmina: um estudo sobre a sociedade civil precarizada em três cidades de Moçambique, Imprensa Universitária, UEM, Maputo.

- **Consultas na internet**

<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/trabalho/estatisticas/0001> (extraído no dia 06/05/05).

- **Consultas em jornais**

Jornal Diário de Moçambique dos dias 8, 26, 27 e 28 de Setembro de 2005.

Jornal Notícias do dia 26 de Agosto de 2005.

MACAMO, Elísio (2003) A (Falsa) Redescoberta da Pobreza, in: Jornal Notícias do dia 29 e 30 de Maio de 2003.

ANEXOS

Guião de entrevista a administrar no Bairro de Chamanculo "B"

Grupo-alvo: chefes de família

I. Perfil do entrevistado

1. Sexo
2. Idade
3. Local de Nascimento
4. Estado Civil
5. Grau de Escolaridade
6. Profissão
7. Origem Étnica
8. Religião

II. Perguntas semi-directivas

1. Há quanto tempo vive aqui no bairro?
2. Como era a vida quando começou a viver do bairro?
3. Em que ano foi isso?
4. E hoje?
5. Que diferenças nota entre a sua vida agora e a sua vida no passado?
6. O que é uma pessoa rica?
7. O que é uma pessoa pobre?
8. Considera-se rico (de acordo com as diferentes fases)?
9. Considera-se pobre (de acordo com as diferentes fases)?
10. Na sua opinião, o que deveria ser feito de modo a ultrapassar ou, pelo menos, minimizar a situação?

Grelha de observação

1. Habitação

- Alvenaria
- Madeira e zinco
- Água canalizada
- Electricidade

2. Ordenamento urbano

- Mecanismos de recolha e tratamento de resíduos sólidos
- Estradas/ruas
- Sistemas de escoamento da água.